

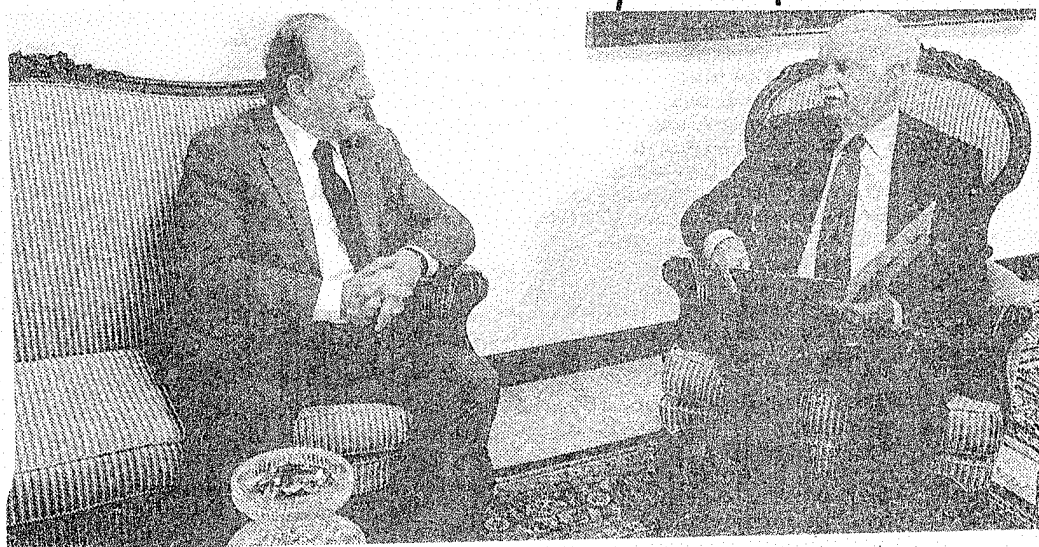
23 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INTERCÂMBIO

# Junta Comercial propõe integração digital com TJ

A proposta de Akel é que as duas instituições possam compartilhar informações, diminuindo assim os custos e o tempo de repasse desses dados



O presidente da Jucepar, Ardisson Akel e o presidente do TJ-PR, Paulo Roberto Vasconcelos

O presidente da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), Ardisson Akel, propôs um estreitamento de relações entre a instituição e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) no que diz respeito ao intercâmbio de informações sobre empresas e empresários do Estado. Na reunião com o presidente do TJ, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, também esteve presente o procurador regional da Jucepar, Marcus Vinícius Tadeu Pereira.

Por mês, o poder judiciário demanda uma média de 300 ofícios com diferentes finalidades à Jucepar. A proposta de Akel é que as duas instituições possam compartilhar tais informações por meio digital, diminuindo assim os custos e o tempo de repasse desses dados.

**CONTINUA**

23 FEV 2015

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## CONTINUAÇÃO

A Junta Comercial do Paraná já é detentora de um software por meio do qual o poder judiciário poderia acessar essas informações de interesse. “Com a integração dos sistemas das entidades, membros do poder judiciário poderiam acessar digitalmente o banco de dados da Jucepar e obter desde a certidão de breve relato até a certidão de inteiro teor de qualquer empresa com mais agilidade e menos custos para o poder público”, explicou Akel.

Igualmente, o encaminhamento de notificações, ofícios e intimações judiciais para a Jucepar poderiam ser feitos por meio digital com as mesmas vantagens de tempo e custos.

O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos demonstrou grande interesse na proposta e destacou a importância de uma nova reunião sobre o tema, com a presença de profissionais do setor de Tecnologia da Informação das duas instituições.

A proposta faz parte do esforço da Jucepar de desburocratizar os seus serviços e proporcionar a redução de custos, aumentando a eficiência da gestão pública.

23 FEV 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Junta Comercial propõe integração digital com TJ



O presidente da Jucepar, Ardisson Akel e o presidente do TJ-PR, Paulo Roberto Vasconcelos

O presidente da Junta Comercial do Paraná (Jucepar), Ardisson Akel, propôs um estreitamento de relações entre a instituição e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) no que diz respeito ao intercâmbio de informações sobre empresas e empresários do Estado. Na reunião com o presidente do TJ, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, também esteve presente o procurador regional da Jucepar, Marcus Vinícius Tadeu Pereira. Por mês, o poder judiciário demanda uma média de 300 ofícios com diferentes finalidades à Jucepar.

21 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

# Em plena crise, aprovação de auxílio-moradia causa indignação

O incremento de R\$ 4.377,73 aos salários dos conselheiros do Tribunal de Contas (TC), do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC), dos auditores e procuradores do órgão impactará o orçamento estadual anual em mais de R\$ 1 milhão. A aprovação da renda extra provocou revolta nos servidores. OTC emitiu nota oficial:

"(...) é um benefício que foi definido pelo Supremo Tribunal Federal, que o reconhece como um direito de toda a magistratura"

21 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

# 'Auxílio-moradia do TC é fora de propósito'

**Cientistas políticos questionam moralidade do benefício de R\$ 4,3 mil para conselheiros do Tribunal de Contas; medida revolta professores**

Luis Fernando Wiltemburg  
*Reportagem Local*

**A** concessão do auxílio-moradia para 20 membros do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, aprovado em sessão do Tribunal Pleno anteontem, pode ter um impacto pequeno no orçamento global do Estado, num montante de pouco mais de R\$ 1 milhão anual, mas provocou indignação entre servidores que estão em greve devido às medidas de austeridade e aos atrasos em pagamentos por falta de recursos. Na manhã de ontem, o APP-Sindicato, que representa os professores estaduais, liderou protesto em frente à sede do órgão, em manifestação contrária ao benefício.

*Cerca de 5 mil servidores protestaram ontem de manhã em frente à sede do Tribunal de Contas*

O auxílio aprovado dará um incremento de R\$ 4.377,73 aos salários de R\$ 26.589,68 percebidos pelos 7 conselheiros do TC e pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas (MPC). A vantagem também será concedida aos três auditores do órgão e nove procuradores, que têm vencimentos de R\$ 25.260,20. Não há necessidade de prestar contas deste dinheiro. Vantagem semelhante já é paga a ministros do Poder Judiciário, a magistrados dos tribunais estaduais, aos promotores e aos defensores públicos do Paraná.

O auxílio foi autorizado por meio de projeto de resolução, com pequena alteração proposta pelo MPC. O texto original trazia o cálculo de repasse de 15% do salário de cada beneficiado, mas acabou estipulado em valor.

O montante que será repassado motiva parte da reclamação dos professores estaduais, em greve por falta de condições de infraestrutura para início das aulas, pelo calote do abono de férias e pelo "pacotão" do governador Beto Richa (PSDB) que torna mais rígidas as regras para pagamento de auxílio-transporte e progressão de carreira, além de mexer na previdência dos funcionários.

Professores e servidores da Educação correspondem a 64% da folha de pagamento, mas consomem menos de 38% do que é gasto com salários, segundo a APP. Os R\$ 4,3 mil são praticamente equivalentes ao teto de R\$ 4,5 mil pagos a um professor de ensino médio no fim de carreira, após 25 anos de magistério.

No início de fevereiro, o TC anunciou avaliação na forma como é pago o auxílio-transporte aos professores por considerar irregular o pagamento durante férias, licenças e faltas ao trabalho, além de pagamento, entre outros.

"O TC deu parecer dizendo que nosso auxílio-transporte de R\$ 360 era irregular, aí o Pleno aprova esse auxílio-moradia maior que o salário médio do professor?" questiona o secretário de assuntos jurídicos da APP, Mário Sérgio Ferreira de Souza, um dos líderes da mobilização. A categoria reuniu cerca de 5 mil em frente à sede do tribunal na manhã de ontem.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA 21 FEV 2015

## CONTINUAÇÃO

Em resposta à manifestação, o TC emitiu nota oficial na qual afirma que o auxílio-moradia "é um benefício que foi definido pelo Supremo Tribunal Federal, que o reconhece como um direito de toda a magistratura" e que o não pagamento "caracterizaria o inadimplemento de um direito reconhecido pelo STF" - apesar de ser possível renunciar a ele. A assessoria de imprensa do órgão disse ontem que o presidente, Ivan Bonilha, não se manifestaria sobre o assunto.

### MORALIDADE

Cientistas políticos ouvidos ontem pela FOLHA consideram a discussão sobre o auxílio-moradia no TC descabido não só pelo momento crítico das finanças do Paraná, mas também pela moralidade diante do abismo salarial entre os beneficiados e a maioria dos trabalhadores e servidores públicos, que não recebem vantagem semelhante.

Para o professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Elve Cenci, o benefício é uma afronta "no momento em que se discutem migalhas" com servidores. Para eles, independentemente do quesito legal, há uma questão de moralidade envolvida. "Os conselheiros do TC já são bem remunerados e têm condições de bancar suas moradias", afirma.

Ele vê na cúpula dos poderes uma casta que é beneficiada, enquanto aos outros são impostas medidas os que penalizam. Cenci lembra que

houve incremento no Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e de Imposto sobre Circulação de Produtos e Serviços (ICMS) por conta das dificuldades financeiras do Estado. "O governador diz 'vou repassar um dardo que vai doer no bolso de vocês e vou rescindir direitos dos servidores', mas tem segmentos que não serão só poupados, como beneficiados", compara Cenci.

Clodomiro Bannwart, também professor de Ética e Filosofia Política da UEL, enxerga a presença de um Estado patrimonialista, na qual quem tem o poder usa todos os subterfúgios para tirar vantagens. "Eles têm argumentos legais necessários, mas do ponto de vista ético, há uma falta de sincronia entre o dito e o praticado."

O descabimento do auxílio-moradia, para ele, atinge diretamente a falta de necessidade. "A pergunta a ser feita é se um subsídio de R\$ 25 mil é insuficiente para manter as condições de uma moradia. Para o trabalhador, que enfrenta uma grande jornada por um salário rebaixado, o benefício (aos magistrados) é fora de propósito."

### MAZZA

#### Folclore

Na manhã de ontem, para quebrar a solidão do acampamento dos professores no Centro Cívico, os manifestantes se dirigiram ao Tribunal de Contas justamente para protestar contra o ato do dia anterior em que se concederam a auditores, procuradores e conselheiros o auxílio-moradia. Temia-se que houvesse invasão daquela moradia como ocorreu com a dos deputados. Tudo ficou na paz.

21 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Esquema de exploração sexual teve início em 2009, diz MP

Guilherme Batista

*Equipe Bonde*

Londrina - O Ministério Público do Paraná (MP-PR) apresentou nesta semana a terceira denúncia relacionada a uma suposta rede de exploração sexual de adolescentes descoberta em Londrina no dia 13 de janeiro, quando o auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza foi preso em um motel da cidade na companhia de uma adolescente de 15 anos. De acordo com as investigações, o esquema, que contaria com a participação de outros três homens e cinco aliciadoras, teria tido início na cidade há seis anos. Os programas teriam sido realizados entre 2009 e 2015 e feitos por inúmeras meninas, que ainda estão sendo identificadas pelo MP.

A terceira denúncia é contra o auditor, o fotógrafo e ex-assessor do Governo do Paraná Marcelo Caramori e duas mulheres suspeitas de aliciar as adolescentes. Também são investigados, em outros inquéritos, o policial civil Jefferson dos Santos e o ex-delegado da Receita Estadual em Londrina José Luiz Favoreto Pereira, detidos na cidade no último sábado. Os quatro homens suspeitos seguem presos de forma preventiva em Londrina e Curitiba.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) pretende concluir inquéritos relacionados a três dos quatro investigados (o fotógrafo, o ex-delegado e o policial) até o início da próxima semana. O delegado do Gaeco, Ernandes Cezar Alves, ouviu uma das supostas aliciadoras na quinta-feira e colheu os depoimentos de outras duas jovens que estariam envolvidas no esquema na tarde de ontem.

Ainda conforme as investigações, 20 meninas (18 com idades entre 14 e 17 anos e duas de 13 anos) foram vítimas do esquema de exploração sexual.

22 FEV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Condenações por erros médicos no Paraná superam média nacional

Pesquisa aponta que 80,56% dos processos ajuizados desde 2001 resultaram na punição dos acusados

Carolina Avansini  
Reportagem Local

**Londrina** - Os processos judiciais que envolvem erros médicos no Paraná rendem mais condenações que a média nacional. A constatação é de uma pesquisa realizada pelo advogado Raul Canal, presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética (Anadem). Segundo ele, entre 2001 e 2014, dos 90 processos que tramitaram na Justiça do Paraná, 80,56% resultaram na condenação de profissionais ou instituições. A média nacional de condenações perfaz pouco mais que a metade deste índice: 42%. Os resultados completos serão publicados em abril no livro "O pensamento jurisprudencial brasileiro sobre erro médico", disponível no site do autor.

Canal acredita que o maior índice de condenações no Estado não tenha a ver com condutas médicas "piores" em relação ao resto do País, mas provavelmente com maior rigor do sistema judiciário e advogados competentes para produzirem pro-

*"É comum os médicos enxergarem apenas os órgãos, e não os seres humanos"*

vas. "Normalmente, ganham os que possuem as melhores provas, mas nem sempre quem tem o melhor direito", diz, explicando que todas as condenações são relativas a situações que geraram dano corporal ao paciente. "São casos em que o agir culposo do médico por si só causou o dano", esclarece.

A pesquisa identificou que a morte dos pacientes motivou 22,9% dos processos. Em seguida aparecem dores, sofrimentos e aborrecimentos (16,67%), sequelas motoras (13,54%), sequelas neurológicas (7,29%) e cegueira (6,25%). Outro dado interessante diz respeito ao gênero de vítimas e acusados. Enquanto as mulheres figuraram em 57,95% dos processos como parte da acusação, a maioria esmagadora dos réus - 78,26% - é do sexo masculino.

Uma boa notícia identificada pelo estudo é que, no Paraná, apenas 11% dos processos

envolvem agentes públicos de saúde, contra uma média de 25% a 30% no Brasil. Canal esclarece, porém, que não dá para afirmar que a qualidade dos serviços seja superior apenas com base nestes dados. "A pesquisa é um espelho dos processos, e não dos problemas", argumenta.

O pesquisador afirma que "ruídos" na relação entre médicos e pacientes são quase sempre os motivadores dos processos. "As vítimas relatam que o profissional foi arrogante e tratou mal, o que gera insatisfação e leva à discussão na Justiça", acredita. Ele destaca que o interesse do médico em tentar resolver o problema do paciente muitas vezes é suficiente para evitar que a questão vire um imbróglio judicial.

**CONTINUA**



“Com a especialização cada vez maior da medicina, é comum os médicos enxergarem apenas os órgãos, e não os seres humanos que estão na frente deles. A isso se somam a pressa, o estresse e as extensas filas de pessoas esperando o atendimento”, comenta.

Dados levantados pelo pesquisador mostram que, de 2001 a 2011, os processos de erro médico em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) aumentaram 1.600%. Nos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), de 2001 a 2014 o aumento foi de 302%. “Atualmente, 7% dos médicos brasileiros respondem a processo”, alerta. Diante deste quadro, ele defende a humanização da medicina como o caminho para reduzir as conseqüentes condenações. “Conhecer a história pessoal, os dramas e carências dos doentes é fundamental para um bom atendimento”, aconselha.

### COMUNICAÇÃO DIFÍCIL

NO CRM do Paraná, foram julgados 120 processos em 2013, com aumento para 232 casos em 2014. Já as sindicâncias abertas diminuíram de 978 para 806 no mesmo período. O médico Roberto Issamu Yosida, corregedor geral do CRM-PR, afirma que, na verdade, os números mantêm-se em uma média no decorrer dos anos.

A maioria das denúncias recebidas relaciona-se com a “quebra na relação entre médico e paciente”. “A dificuldade de comunicação entre as partes gera desconfiança”, acredita. Segundo o corregedor, a grande maioria das sindicâncias diz respeito a situações em que os pacientes não

entenderam a conduta do médico e por isso sentiram-se lesados. “A orientação do CRM é agir com tempo e paciência para conversar com pacientes. Mas nem sempre a correria do dia a dia dos médicos permite. Não é à toa que grande parte das denúncias envolve atendimento em plantões de pronto-socorro”, argumenta.

Ele esclarece que todas as denúncias que chegam ao conselho são apuradas. “Mas os casos em que houve apenas dificuldade de comunicação são normalmente arquivados”, afirma. As situações que envolvem óbito são as mais difíceis. “O médico é treinado para o sucesso, mas muitas vezes a morte é inevitável. Se a comunicação fica difícil, a família pode não entender que não havia mais nada a ser feito. Fica a dúvida se condutas diferentes poderiam trazer um resultado diferente e aí é feita a denúncia”, diz.

Yosida orienta que qualquer pessoa que sinta-se prejudicada pode procurar o conselho pessoalmente ou através do site. “É sempre bom ter documentos para comprovar o que está sendo dito”, destaca, lembrando que a entidade é um “tribunal de ética” que segue trâmites previamente estabelecidos.

O primeiro passo é ouvir as partes e analisar os documentos. Em seguida o caso é votado em uma câmara de sindicância que reúne de cinco a 11 conselheiros. “Se há indícios de irregularidades, a sindicância se transforma em processo.”

## CONTINUA



*Em Curitiba, hospital  
foi condenado a indenizar  
parturiente pela não retirada  
de restos placentários*

22 FEV 2015

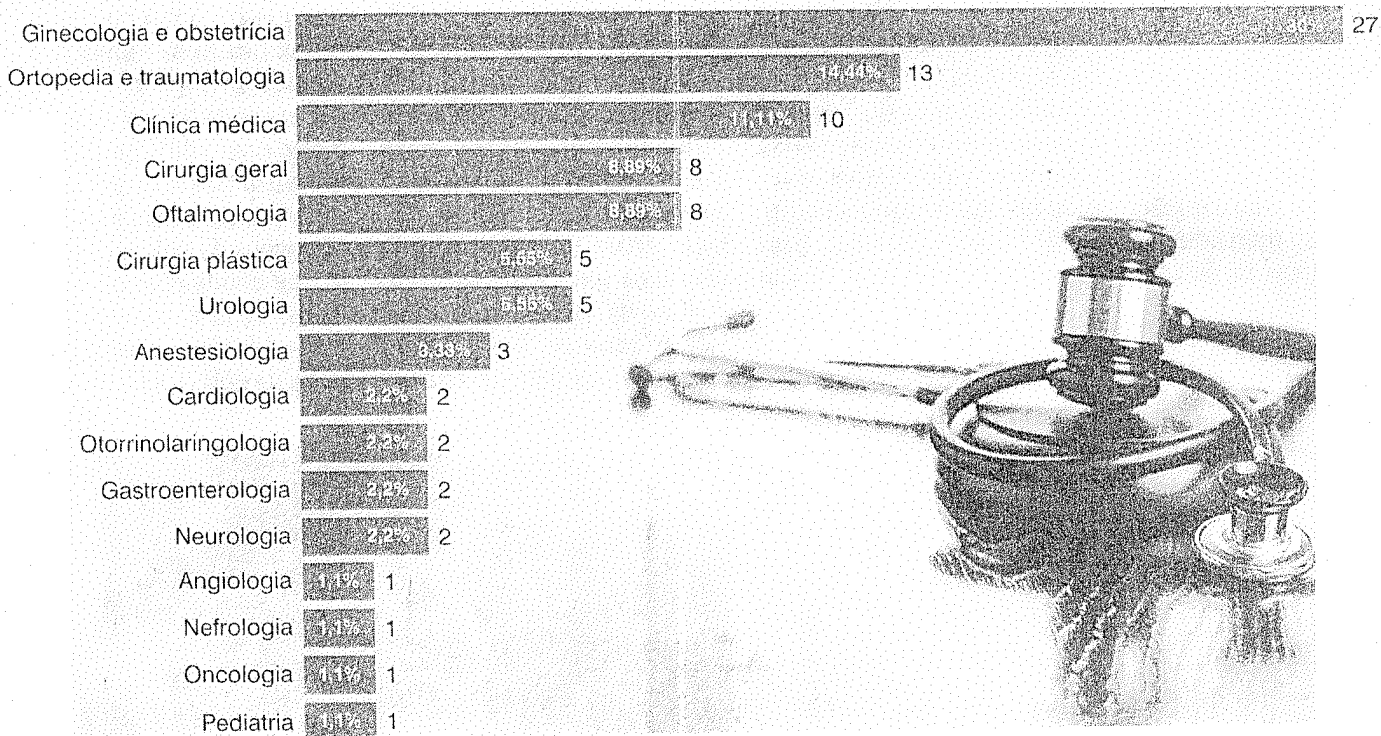
# FOLHA DE LONDRINA

## FALHAS

## CONTINUAÇÃO

### Processos por erros médicos no Paraná – 2001 a 2014

Especialidade                      Percentual / número absoluto de processos



CONTINUA

# Ginecologia e obstetrícia lideram geração de processos no Estado

Problemas no parto são a principal causa de reclamações entre pacientes desta especialidade que se sentem lesadas

Carolina Avansini  
Reportagem Local

Londrina - A especialidade de ginecologia e obstetrícia é a que mais gerou processos por erros médicos no Paraná de 2001 a 2014, conforme apurou pesquisa realizada pelo advogado Raul Canal, presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética (Anadem). Segundo ele, 30% dos casos relacionam-se a esta área. Logo depois, com 14,44%, está ortopedia e traumatologia, seguida de clínica médica, presente em 11,11% dos processos.

O maior valor de uma condenação por erro médico no Estado no período foi de R\$ 300 mil. Conforme a pesquisa do advogado, uma paciente de Curitiba se submeteu a mastoplastia, abdominoplastia e lipoaspiração e veio a óbito durante a cirurgia. A indenização foi paga a familiares da vítima.

Entre as sindicâncias recebidas no ano passado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) do Paraná, a área de ginecologia e obstetrícia também lidera os casos em que a especialidade foi citada, assim como nos processos analisados no mesmo período. Entre as 806 sindicâncias abertas em 2014, 17 eram relativas à especialidade. Já entre os 232 processos, foram 15 envolvendo a área de ginecologia e obstetrícia. A grande maioria dos documentos não cita a especialidade dos médicos envolvidos.

O médico Roberto Issamu Yosida, corregedor geral do CRM-PR, explica que no caso de ginecologia e obstetrícia as intercorrências que levam a algum tipo de dano nem sempre dependem da atuação do médico. "Um nascimento prematuro, por exemplo, acontece independentemente da interferência do médico", comenta. Mas

quando ocorre algum problema maior com a mãe ou o bebê, Yosida ressalta que é comum a família "culpar" o serviço de saúde.

O advogado Raul Canal acrescenta que uma das maiores motivações de processos, no caso desta especialidade, é a demora para submeter a gestante a uma cirurgia cesariana de emergência. "O médico fica esperando, até para atender o Ministério da Saúde, que preconiza que 27% dos partos realizados pelo SUS sejam normais. Se o bebê sofre alguma seqüela ou morre, a família acaba processando."

As cirurgias cesarianas também geram processos, principalmente por perfuração da alça intestinal da parturiente. Já nas cirurgias de histerectomia (retirada de útero), um dos motivos é o esquecimento de compressa cirúrgica no útero da paciente.

**CONTINUA**

22 FEV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

Nos casos coletados por ele junto à Justiça, não faltam exemplos. Em Curitiba, um hospital foi condenado a indenizar uma parturiente em R\$ 100 mil pela não retirada dos restos placentários durante o parto do terceiro filho da mesma.

Em Palmas, uma mulher que não teve dilatação suficiente para o parto normal recebeu alta e teve o parto cesariano agendado para os próximos dias. Após retornar ao hospital duas vezes com dores intensas, ela foi novamente dispensada e o bebê nasceu na própria casa da paciente, com ajuda do companheiro. Após o nascimento da criança, uma vizinha cortou o cordão umbilical. O médico foi condenado em primeira instância a pagar indenização de R\$ 20 mil.

Em Guarapuava, uma mulher de 46 anos morreu após ter sido submetida a uma laparoscopia para retirada de um cisto no ovário. A causa da morte foi choque séptico, abdome agudo cirúrgico, abscesso e perfuração do cólon, todos decorrentes de complicações da cirurgia. A família da vítima obteve o direito de receber indenização de 250 salários mínimos.

O especialista destaca que o volume de processos na especialidade de ginecologia e obstetrícia no Paraná está em sintonia com a média nacional, visto que a área também lidera os processos nos outros estados. "No Paraná, a única diferença é relativa a cirurgias plásticas, que têm menos reclamações", pondera.

**CONTINUA**

22 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

# No SUS, irregularidades envolvem filas de espera e serviços cobrados

Londrina - Filas de espera e a utilização inadequada da estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) lideram reclamações relativas aos serviços públicos que chegam ao Ministério Público sob forma de denúncias.

No início do mês, Londrina foi palco de uma possível irregularidade neste sentido. O médico Weber Arruda Leite pediu exoneração do cargo de diretor do Hospital da Zona Sul (HZS) após denúncia de que o hospital estaria sendo utilizado para cirurgias e procedimentos particulares não cobertos pelo SUS. Uma das situações seria a retirada de um balão intragástrico de uma paciente particular de Arruda Leite. Na ficha da paciente no hospital há descrição do procedimento em questão, mas não há liberação de uma Autorização de Internação Hospitalar (AIH).

Na ocasião, ele negou as acusações de que cirurgias particulares estives-

sem sendo realizadas no hospital e alegou que houve má-fé. A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) informou que foi estabelecida uma comissão de sindicância para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa envolvendo o diretor do hospital, mas não há prazo para conclusão do trabalho.

A promotora de justiça Fernanda Nagl Garcez, do Centro de Apoio Operacional (Caop) das Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública, esclarece que a instituição não tem dados concretos sobre o número de reclamações ou processos envolvendo atendimentos pelo SUS, mas adianta que a fila de espera para ter acesso a procedimentos eletivos lidera o ranking das reclamações em Curitiba.

No interior, informa que ainda são comuns as reclamações de que pro-

fissionais cobram para realizar consultas e cirurgias em estruturas do SUS, como uma forma de "adiantar a fila". "Esta cobrança não é possível, é crime. No SUS, o cidadão não deve pagar por nada", enfatiza, destacando que os profissionais podem ser acusados por improbidade administrativa, in-

fração médica e infração aos deveres do cargo, caso sejam servidores públicos.

Fernanda alerta que a prática de alguns médicos de oferecer desconto para realizar procedimentos em serviços particulares para pacientes há muito tempo esperando para realizá-los no SUS configura "captação ilegal de clientela" e deve ser coibida pelos gestores das instituições. "Não existe um protocolo do SUS sobre o tempo máximo de espera, mas a Agência Nacional de Saúde (ANS) estabelece um

prazo de 21 dias para procedimentos eletivos no sistema de saúde suplementar (ligada a planos de saúde). É uma comparação razoável", defende, argumentando que os gestores do SUS precisam tomar a frente da organização da fila, principalmente em instituições privadas conveniadas.

A promotora orienta que as pessoas que sentirem-se lesadas por serviços públicos de saúde devem procurar as ouvidorias das secretarias municipais de saúde e também o MP. "É preciso provocar o SUS a ter o conhecimento", diz.

Sobre os erros médicos passíveis de causarem danos físicos aos pacientes, ela também acredita que a maior causa de denúncias é relativa à falta de humanização do atendimento. "Muitas vezes os médicos fazem tudo que é possível, mas estão sobrecarregados e não são claros na hora de informar o paciente, abrindo caminho para virar um inquérito policial", afirma. (C.A.)

***"Nenhuma cobrança é possível, é crime. O cidadão não deve pagar por nada"***

CONTINUA

### *Bancária morreu após colocar silicone*

Londrina - Quando a bancária Daniela, então com 28 anos, decidiu submeter-se a uma cirurgia para colocação de uma prótese de silicone, a família não imaginou que o procedimento teria um final trágico. Casada e mãe de duas crianças, ela chegou a ficar feliz com o resultado estético da cirurgia. Os problemas começaram 15 dias depois, quando a moça passou a sentir dor e inchaço no local.

Quem conta a história é a mãe da paciente, a aposentada Dalva Domingues Triani, que perdeu a única filha semanas depois do procedimento. Após sofrer uma infecção causada por um "vazamento" da prótese, Daniela não resistiu e faleceu.

A mãe acredita que a filha tenha sido vítima de negligência.

"Quando começou a sentir dor, procurou o médico responsável, que examinou e disse que estava 'tudo certo'", recorda. Apesar da tranquilidade do médico, a dor e o inchaço pioraram e chegaram a atingir o braço. Mesmo assim, o médico atendeu apenas por telefone e não acreditou que pudesse haver algum problema. "Ela já estava de volta ao trabalho quando a prótese vazou e molhou toda a roupa dela. Corremos para o consultório, mas minha filha foi atendida por uma secretária que apenas colocou gaze no local. O médico não pediu qualquer

exame nem recebeu um remédio para dor. Ele inclusive mandou-a voltar para o trabalho", relata.

A situação piorou na mesma noite, quando Daniela teve febre e vômito. Foi levada ao hospital, onde acabou na UTI para tentar conter a septicemia (infecção por todo o corpo). Conforme a mãe, a jovem só foi medicada com antibióticos no hospital, apesar de ter relatado dor, inchaço, desconforto e até mesmo a umidade ao responsável pela cirurgia. "Infelizmente, ela não resistiu", conta Dalva, emocionada ao lembrar de todo o processo.

Após a morte de Daniela, a mãe foi incentivada por amigos a processar o médico para evitar que ele fizesse novas vítimas. "Até contratei um advogado, mas os outros profissionais que atenderam minha filha e reconheceram o erro na época não quiseram depor. O médico responsável se mudou de Londrina e acabei desistindo", diz.

Nove anos depois da tragédia, Dalva continua sentindo a dor pela perda da única filha e não se conforma com a injustiça. "Ela era muito querida", elogia. Apesar da certeza da conduta errada do profissional, reconhece que é difícil provar o erro. "Por isso, aconselho todas as pessoas que quiserem fazer esta cirurgia a procurarem médicos realmente responsáveis", diz. (C.A.)

22 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Saúde e confiança

**R**eportagem de hoje desta FOLHA discute os processos judiciais decorrentes de erros médicos. Segundo levantamento do presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética, Raul Canal, no Estado a quantidade de condenações de profissionais ou instituições por esse motivo é bem superior à média nacional. Entre 2001 e 2014, dos 90 processos que tramitaram na Justiça do Paraná, 80,56% resultaram na condenação, enquanto o índice nacional é de 42%.

A intenção não é crucificar profissionais e hospitais estaduais. Não se trata de afirmar que mais erros são cometidos aqui do que em outras unidades da federação. Talvez, seja uma combinação de pacientes mais informados e Justiça mais ágil. No entanto, trata-se de discutir as condições de trabalho, estrutura adequada e disponibilizada e a relação médico-paciente.

Foi-se o tempo em que os médicos conheciam a fundo seus pacientes, seus dramas e histórico familiar. Atualmente, a longa fila de espera, um sistema sucateado e que remunera mal os profissionais levaram a um atendimento rápido, centralizado apenas nas questões principais que afligem o paciente. Em muitos casos, trata-se isoladamente um órgão ou uma moléstia, em detrimento do todo.

Também é correto afirmar que há maus profissionais, assim como em todas as profissões. Por isso, pacientes e familiares devem ficar atentos. Escolher bons médicos, certificar-se de suas especializações, conversar com outros pacientes são atitudes fundamentais, principalmente quando é preciso definir por procedimentos mais complexos. Além disso, também deve-se ficar atento e não aceitar pagamentos para "adiantar" a fila do Sistema Único de Saúde ou de planos particulares, como frequentemente ocorre.

A boa relação médico-paciente precisa ser restabelecida e os pacientes devem também procurar rapidamente outras opções quando perde-se a confiança no profissional. A falta de comunicação é um dos principais problemas apurados e se os médicos conseguissem dedicar mais tempo aos seus pacientes, chegaria-se à conclusão de que muitos problemas seriam evitados.

22 FEV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Mais adesão à greve

Servidores do Fórum de Londrina prometem paralisação depois de amanhã, a partir das 12 horas, em adesão ao movimento deflagrado por professores da rede estadual de ensino e outras categorias contra o chamado “pacotão” de Beto Richa (PSDB). Além disso, os servidores também discutirão os benefícios pagos aos magistrados, considerados “exagerados” para a categoria, e pela falta de estrutura no prédio. A paralisação foi definida em assembleia na última sexta-feira, em Curitiba e há a expectativa de adesão de cidades vizinhas. Também haverá coleta de sangue no local, das 13h30 até 17 horas.

### Terceirização

O Tribunal de Contas (TC) do Paraná deve divulgar amanhã levantamento sobre os gastos órgãos públicos com terceirização de serviços. O valor pago a prestadores de serviços chegariam a R\$ 400 milhões e os mais contratados são da área de contabilidade, tecnologia da informação (TI) e jurídico.

### Executivo libertado

A Justiça Federal do Paraná mandou soltar sexta-feira à noite o executivo João Procópio Junqueira Almeida Prado, apontado como operador do doleiro Alberto Youssef, personagem central da Operação Lava Jato. A decisão é do juiz Sérgio Moro, que conduz todas as ações da Lava Jato. Moro estabeleceu condições para soltar o executivo. João Procópio não poderá deixar o País e terá de comparecer a todos os atos processuais da Lava Jato. O executivo é um dos réus da operação. Segundo a Procuradoria da República, ele mantém contas no exterior por onde transitou valores de Youssef. Além de entregar o passaporte à Justiça, o suposto operador de Alberto Youssef está proibido de mudar de endereço sem prévia autorização judicial e de manter contato com o doleiro.

## - OPINIÃO DO LEITOR

### Tribunal de Contas ou Tribunal faz de contas?

É deprimente os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovarem um auxílio moradia de R\$ 4,3 mil. Qual a justificativa para o recebimento desse auxílio? Os conselheiros ganham pouco? Os salários estão atrasados ou defasados? Infelizmente, não cumprem o papel que lhes é outorgado. O governo não investe o que determina a lei em saúde, gasta quantias faraônicas em publicidade e para o TCE está tudo bem. O governo não paga o que é constitucional como a rescisão de contrato do PSS e o 1/3 de férias dos funcionários públicos, também não paga as promoções e progressões dos professores e policiais militares e, para o TCE, isso é correto. O governo torra 56% de aumento na arrecadação e a inércia também toma conta do TCE. Com um TCE e uma Assembleia Legislativa comprometidos com a sociedade como estão, qual cidadão de bem necessita destes órgãos? Uma verdade é inquestionável, esse auxílio é totalmente imoral.

JONASVIEIRA DA COSTA (professor) – Londrina



# Comissão quer CPI para investigar finanças

Nova carta com reivindicações será encaminhada amanhã para a Assembleia Legislativa do Paraná e o governador Beto Richa

Micaela Orikasa  
Reportagem Local

O clima esquentou durante a reunião realizada na manhã de ontem na Câmara de Vereadores de Londrina, que tinha como objetivo conquistar o apoio dos agentes políticos ao movimento estadual dos servidores contrários ao pacote de medidas de ajuste fiscal encaminhado à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Representantes de entidades e servidores públicos pressionaram uma posição do deputado federal Alex Canziani (PTB) sobre o apoio às classes e propuseram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia para investigar as finanças estaduais.

“Temos que achar um caminho, soluções”, sugeriu Canziani, sem firmar compromisso. O fato incomodou os servidores presentes, que responderam com vaias. O ponto alto do debate foi a manifestação favorável do deputado sobre as mudanças na Previdência Social.

A reunião foi coordenada pelas vereadores Lenir de Assis (PT) e Elza Correia (PMDB) e contou com a presença de vereadores, o deputado estadual Tercílio Turini (PPS) e os deputados federais Alex Canziani (PTB), Marcelo Belinati (PP) e Enio Verri (PT) de Maringá. O deputado estadual Tiago Amaral (PSB) não compareceu, justificando outro compromisso, assim como o Cobra Repórter (PSC), que comunicou a ausência por telefone. O deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB) também não apareceu por conta da agenda.

A Comissão Temporária Externa criada pela Câmara de Londrina deverá apresentar amanhã uma nova carta à Alep e ao governador Beto Richa (PSDB), com as sugestões aprovadas em plenário ontem. O documento conta com a assinatura de entidades como APP-Sindicato, Assuel, Centro de Direitos Humanos (CDH), conselhos municipais

de Cultura, Pessoa com Deficiência e Assistência Social, Mitra Arquidiocesana, Sindipol, entre outras.

“Queremos que os deputados federais se comprometam a nos apoiar nesse movimento para impedir que o governo coloque a mão nos R\$ 8 bilhões para sanear a crise no Estado que ele próprio quebrou. É importante que as pessoas que elegeram esses deputados possam agora cobrar deles, pois venderam a ideia de que o Paraná estava uma maravilha”, comentou Arnaldo Vicente, um dos diretores da APP-Sindicato e do Fórum de Servidores.

O deputado estadual Tercílio Turini acredita que nos próximos dias a proposta da CPI irá ganhar força na Assembleia. “Imagino que a maioria dos deputados que votou ou se manifestou contra a comissão geral deva apoiar”, declarou, citando que essa investigação é a melhor forma de se esclarecer “onde foram utilizados os recursos do Estado nos últimos anos, uma vez que o Paraná teve uma arrecadação sempre crescente ao longo dos anos, bem acima da inflação”.

“Estamos tendo uma crise financeira que até poucos meses atrás não se falava. Não há transparência”, acrescentou a vereadora Lenir de Assis. Amanhã, a Comissão Temporária Externa, composta pelos vereadores Gustavo Richa (PHS), Emanuel Gomes (PRB) e Jamil Janene (PP), viaja para Curitiba, onde acompanhará a discussão dos projetos de lei 60/2015 e 6/2015, mais conhecidos como “pacotão”, de autoria do Executivo Estadual, retirados temporariamente da pauta dos debates da Alep.

# FOLHA DE LONDRINA

## Um Brasil à parte

**A** concessão de auxílio-moradia para 20 membros do Tribunal de Contas (TC) do Paraná na última semana escancarou mais uma vez o distanciamento dos poderes constituídos do País com o restante da sociedade. Sem qualquer constrangimento, os conselheiros do TC aprovaram em sessão relâmpago o benefício mensal de R\$ 4,3 mil aos salários de R\$ 26 mil recebidos pelos conselheiros e o procurador-geral (auditores e procuradores recebem R\$ 25 mil). No início do mês, os ministros do Tribunal de Contas da União já haviam aprovado o auxílio, abrindo caminho para o que o TC adotasse a medida.

A justificativa do presidente do TC, Ivan Bonilha, é que o auxílio-moradia é um benefício definido pelo Supremo Tribunal Federal e reconhecido como direito de toda a magistratura brasileira. O argumento pode até ser amparado pela legalidade, mas não combina com o grave momento econômico do País e do Paraná, que enfrenta crise nas finanças e vem adotando várias medidas impopulares como aumentar taxas e tributos e tentando mudar direitos dos servidores públicos do Estado. A medida gerou protestos de professores e outros servidores que estão greve contra o “pacotão” do governador Beto Richa (PSDB) que mexe em direitos conquistados pela categoria.

Coincidentemente, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Paraná aprovaram aumento do auxílio-moradia a juízes e promotores no ano passado, quando todas as atenções estavam voltadas para a Copa do Mundo. A exemplo dos juízes de todo o País, os membros do TJ e MP passaram a receber o benefício de R\$ 4,4 mil mensais.

Outra aberração ocorreu este mês na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Os deputados mineiros ignoraram qualquer apelo à moralidade ou protesto dos eleitores e aprovaram auxílio-moradia de R\$ 2,8 mil para os 77 membros da Casa que ganham salário de R\$ 25,3 mil. O benefício será pago mesmo para quem mora na região metropolitana de Belo Horizonte.

É preciso reforma urgente na legislação que permite a certas categorias – senadores, deputados, juízes – se autoconcederem aumentos salariais. A prática é um desrespeito com a classe trabalhadora que só tem reajuste com base na inflação e com o empresariado que sustentam o País com alta carga tributária.

23 FEV 2015

23 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Para entender a arrematação judicial

Helcio Kronberg

Muitas pessoas não conseguem compreender por qual razão um imóvel vai a leilão. Existem processos que são chamados de conhecimento e, ao final destes, os bens de uma dívida que foi definida por uma sentença judicial em um processo de execução vão a leilão. Nesses processos, o executado não paga sua dívida e é obrigado a oferecer os bens a penhora. Ou, se não, o exequente de alguma forma localiza esses bens, os penhoram e os levam a leilão público.

Há diversos tipos de processo de execução. Na Justiça do Trabalho, no âmbito da Justiça federal e da Justiça estadual. Muitas vezes eles são providos de dívidas comerciais e bancárias. Também há algumas restrições de patrimônio de origem criminal, por exemplo, no caso de processos de entorpecentes onde existe o confisco de bens de narcotraficantes.

Todos esses bens, que ao longo dos processos vão sendo identificados pelo exequente, são penhorados. Uma vez que o executado não pague sua dívida, obrigatoriamente o juízo determina a venda desses bens em leilão. Há outros tipos de bens levados a leilão, como é o caso das massas falidas. A falência nada mais é que uma impontualidade verificada de determinada pessoa jurídica, que, não tendo mais condição de pagar as suas dívidas, requer a quebra. A empresa, então, vai à falência e seus bens são arrecadados.

Os bens arrecadados são levados à hasta pública para que possam se transformar em valor depositado em uma conta judicial, fazendo com que o consórcio de credores possa ser ressarcido. O patrimônio deve ser reconstituído com os valores apurados nesses processos de execução ou mesmo em um processo de arrecadação de bens de massa falida.

No processo de execução o bem é penhorado, ou seja, a Justiça faz com que aquele bem

não possa mais ser comercializado. No caso de um imóvel ele será averbado no registro de imóveis e, então, o juiz nomeia um leiloeiro público, que será responsável por todos os atos judiciais para que esse bem possa ser vendido.

O devedor conta com uma série de oportunidades possa saldar sua dívida. No entanto, quando nada é feito, o leiloeiro realiza os atos determinados pelo juízo. Ou seja, encaminha uma expedição de ofícios a todas as partes do processo, eventualmente um curador, um credor hipotecário, enfim, em todas as partes que têm interesse, são informadas que aquele bem irá a leilão.

O valor que o bem será vendido é determinado pelo juízo, após ser avaliado por um avaliador judicial. Algumas vezes, o próprio leiloeiro é nomeado para realizar essa peritagem.

As partes se manifestam em relação ao valor de avaliação. Normalmente o valor é muito próximo do mercado e leva em conta não simplesmente o valor do bem, mas o valor pelo qual esse bem deveria ser leiloado. Nem sempre, portanto, o valor que é negociado no mercado reflete exatamente o valor de avaliação de um bem. É importante que ele tenha um preço atrativo de mercado

para que seja ofertado e arrematado.

Alguns tipos de leilões têm diferentes critérios para venda. Em processos de execução, geralmente, há primeira e segunda praça. O bem é sempre vendido em primeira praça pelo valor de avaliação. Já em segunda praça, por qualquer valor desde que não considerado preço vil. Portanto, a grande oportunidade de compra em leilões judiciais é sempre nos bens em segunda praça.

**HELICIO KRONBERG** é leiloeiro público oficial pela Junta Comercial do Estado do Paraná e leiloeiro rural pela Federação de Agricultura e Pecuária do Paraná

66

*A grande  
oportunidade  
de compra em  
leilões judiciais é  
sempre nos bens em  
segunda praça*

21 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Crise no Paraná engrossa oposição ao governo tucano

Desgaste provocado pelas medidas impopulares leva oito deputados governistas a declarar independência

**Governador aumentou impostos, tentou mudar a previdência dos servidores e atrasou o pagamento de férias**

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Poucos meses após ser reeleito no 1º turno e ser cotado como possível presidenciável tucano, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), enfrenta uma crise política e de popularidade. A oposição ao tucano na Assembleia, que oficialmente é de apenas seis parlamentares, engrossou.

Ao pequeno bloco de opositores agora se somam pelo menos oito deputados que se declaram independentes — inclusive alguns que integravam a base do governo —, como membros do PPS e PSD.

O número ainda não chega perto da maioria de 38 deputados que Richa tem, mas mostra seu momento de fragilidade: “Definitivamente, trincou o cristal”, diz o deputado Requião Filho (PMDB), um dos opositores ao tucano.

O pivô da crise é a grave situação financeira do Estado.

Sem dinheiro sequer para pagar a folha, Richa, que na campanha dizia que “o melhor estava por vir”, aumentou impostos, atrasou o pagamento de férias e propôs, no início do mês, alterar a previdência e o plano de carreira de servidores.

Insatisfeitos, milhares protestaram contra o governador, chamando-o de “almofadinha” e “caloteiro”. Professores estão em greve desde o dia 9. Na semana passada, invadiram a Assembleia e impediram a votação de novo pacote de cortes.

Pressionados, aliados do governador agora fazem discursos contrários a ele.

## JOGO

“Eu já acreditei mais nesse governo”, diz Ney Leprevost (PSD), que fez campanha para Richa e hoje se considera independente.

Para ele, os deputados da base foram colocados numa “saia justa” pelo tucano, que prometeu que a situação econômica seria melhor e, depois, teve que admitir a crise.

“Ele propôs medidas impopulares e delicadas. Cada um vai pesar o que é mais importante e fazer o cálculo.” Para ele, alguns deputados podem preferir “ter as portas escancaradas nas secretarias”.

Leonardo Paranhos (PSC) afirma que perdeu três indicações de cargos no governo por seu voto contrário, mas diz continuar na base. “Não é porque sou da base que necessariamente voto tudo a favor. O governo errou, e não preciso nem falar. Olha o que aconteceu”, referindo-se à invasão. “Ele [Richa] sabe que vai pagar um preço por isso.”

A oposição surfa na onda: deputados do PT são aplaudidos entre manifestantes, enquanto Requião Filho, filho do ex-governador e senador Roberto Requião (PMDB), posa para selfies.

O líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), reconhece que o momento é difícil: “Muita gente votou contra por outras insatisfações, por não estar acomodada na base”. Leprevost, diz ele, quer concorrer à Prefeitura de Curitiba. Este nega ter agido por interesse eleitoral.

Romanelli acha que Richa tem capacidade política para reverter a situação: “O que um governo que está em crise pode oferecer? Só um cafezinho e um tapinha nas costas”.

Para ele, quem votou com o governo foi motivado não por ambições políticas, mas pelo interesse do Estado, que precisa de medidas duras.

21 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Promotoria investigará contas na Suíça

Suspeitas de evasão fiscal envolvem clientes brasileiros que usariam as operações suíças do banco HSBC

**Receita também vai apurar transações realizadas em contas secretas mantidas pelo banco no país europeu**

O Ministério Público Federal informou nesta sexta-feira (20) que irá investigar a suspeita de evasão fiscal envolvendo o HSBC na Suíça. O caso ficou conhecido como "Swissleaks".

O escândalo veio à tona após uma associação internacional de jornalistas divulgar documentos sobre contas secretas mantidas no país europeu pelo banco.

As informações apontam que a companhia ajudou clientes a esconder bilhões de dólares em ativos, dentre eles de clientes brasileiros.

Um pedido para que o caso fosse investigado no país já havia sido protocolado na quarta-feira (18) pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS), segundo a equipe do parlamentar. A Procuradoria, no entanto, diz que planeja abrir uma investigação "por iniciativa própria" nos próximos dias.

Mais cedo, quando questionado sobre possíveis providências a serem tomadas, o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, disse que o assunto estava sob análise de órgãos técnicos.

## RECEITA FEDERAL

A Receita Federal também já anunciou que irá apurar operações realizadas por brasileiros em contas secretas

mantidas pelo banco na Suíça. Em nota, o informou que teve acesso a parte da lista.

Segundo o blog do jornalista Fernando Rodrigues, no UOL, do Brasil são 6.606 contas bancárias (que atendem a 8.667 clientes) e um valor movimentado entre 2006 e 2007 equivalente a cerca de R\$ 20 bilhões.

A Receita afirma que análises preliminares de alguns contribuintes citados na relação indicam omissão ou incompatibilidade de informações prestadas ao fisco. Alguns desses contribuintes já tinham sido investigados a partir de outras suspeitas.

Agora, o órgão quer mais informações via cooperação internacional para identificar os contribuintes e levantar os valores não declarados para poder autuá-los e entrar com ação judicial por crime contra a ordem tributária.

## DESCULPAS

No domingo (15), depois das denúncias de que ajudou centenas de clientes a burlarem impostos, o HSBC pediu desculpas aos clientes e investidores por práticas registradas em seu banco privado na Suíça.

Na quarta (18), a procuradoria de Genebra informou que ordenou buscas em escritórios do HSBC e que deve ser aberto um inquérito sobre acusações de lavagem de dinheiro agravada.

21 FEV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Procuradoria cobra R\$ 4,5 bi de empreiteiras e executivos

Ações pedem devolução de valores que teriam sido desviados da Petrobras

**Ministério Público também quer que as empresas sejam impedidas de contratar com o setor público**

AGUIRRE TALENTO  
DE BRASÍLIA

FLÁVIO FERREIRA  
DE SÃO PAULO

Em um desdobramento da Operação Lava Jato que poderá afetar os cofres das empreiteiras envolvidas no caso, o Ministério Público Federal apresentou à Justiça cinco ações civis de improbidade administrativa para cobrar R\$ 4,48 bilhões de seis empresas e executivos acusados de participação no desvio de recursos da Petrobras.

Outras punições civis de conteúdo econômico pedidas pela Procuradoria contra as empreiteiras são as de proibição de contratar com a administração pública e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

O Ministério Público já havia oferecido denúncias criminais contra executivos de construtoras e outros suspeitos no ano passado, e agora busca o Judiciário para que esses réus e as empresas acusadas também sejam condenados na área cível.

As empresas alvo das ações civis são Camargo Correa, Engvix, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, OAS e Sanko. Os principais dirigentes das empresas, como diretores e presidentes, também são acusados nas novas ações.

As ações apontam o pagamento de propina pelas companhias ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, por intermédio do doleiro Alberto Youssef que “variavam de 1% a 3% do montante total de contratos bilionários, em licitações fraudulentas”, apontou a Procuradoria. No caso da Sanko, ela é acusada de ter intermediado as propinas.

O valor de R\$ 4,48 bilhões corresponde a um pedido de ressarcimento no valor de R\$ 319,7 milhões (valor estimado da propina paga a Costa), mais R\$ 3,19 bilhões de danos morais coletivos (propina multiplicada por dez) e multa de R\$ 959 milhões (três vezes o valor do acréscimo patrimonial de Costa).

O critério para fixar o valor dos danos morais coletivos nas ações, correspondente a dez vezes o valor das propinas, é incomum em processos de improbidade administrativa, segundo especialistas ouvidos pela Folha.

Para justificar esse pedido de punição rigorosa, a Procuradoria aponta dados sobre a importância da Petrobras para a economia do país e afirma que os desvios na estatal causaram “lesão de grande magnitude ao patrimônio público, com forte impacto negativo na coletividade” e

Essa sanção também deve ter “caráter preventivo”, segundo o Ministério Público.

“É de se ver que além de todos os malefícios gerados pela corrupção, a ausência de punição rigorosa faz surgir o sentimento de impunidade entre corruptos e corruptores de forma a fomentar a continuidade desta deletéria prática”, afirma a instituição.

A Procuradoria aponta que os desvios no caso Petrobras configuraram um “atentado contra os direitos humanos”.

Segundo o Ministério Público, a “corrupção de valores estratosféricos como a que é objeto desta ação constitui uma profunda violação dos direitos fundamentais individuais e sociais mais básicos”.

Por terem natureza civil, as novas ações não serão julgadas pelo juiz Sergio Moro, que é o titular da vara criminal responsável pela operação.

**CONTINUA**

21 FEV 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

As ações foram distribuídas à 2ª Vara Federal do Paraná.

As ações ocorrem em um cenário no qual alguns executivos das empresas processadas negociavam acordo de delação premiada.

Costa foi poupado do pedido de condenação aos ressarcimentos nessas ações por ter firmado acordo de delação premiada com o Ministério Público, mas a Procuradoria incluiu-o como réu para que a Justiça declare que ele cometeu atos de improbidade administrativa, em caso de descumprimento do acordo de colaboração.

Segundo o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato, haverá ainda outras ações com novos focos, como fraudes em licitações, contratações por preços superiores aos de mercado e pagamento de vantagens indevidas por outras empreiteiras a agentes públicos.

### > OUTRO LADO <

#### Empresas dizem que ainda não foram notificadas

As empresas processadas pelo Ministério Público Federal em razão da Operação Lava Jato informaram que não foram notificadas oficialmente e que somente depois disso poderão responder às acusações dos procuradores.

A Camargo Corrêa afirmou, por meio de uma nota, que, "assim que houver possibilidade de defesa, a companhia apresentará sua contestação às acusações".

A empreiteira OAS informou que "refuta veementemente tais alegações". Segundo a construtora, assim que ela "for notificada da ação, irá defender-se nos termos da lei".

A Engevix, por sua vez, declarou que, "assim que notificada, a empresa, por meio de seus advogados, tomará as devidas providências".

Já a construtora Mendes Júnior também declarou que até o momento "não foi notificada com relação à citada ação".

A Sanko declarou que não faz vendas diretas à Petrobras e que, em seus depoimentos, o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa afirmou "não ter recebido qualquer centavo ilícito da Sanko-Sider".

Procurada pela Folha, a Galvão Engenharia informou que não irá se pronunciar.

CONTINUA

21 FEV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

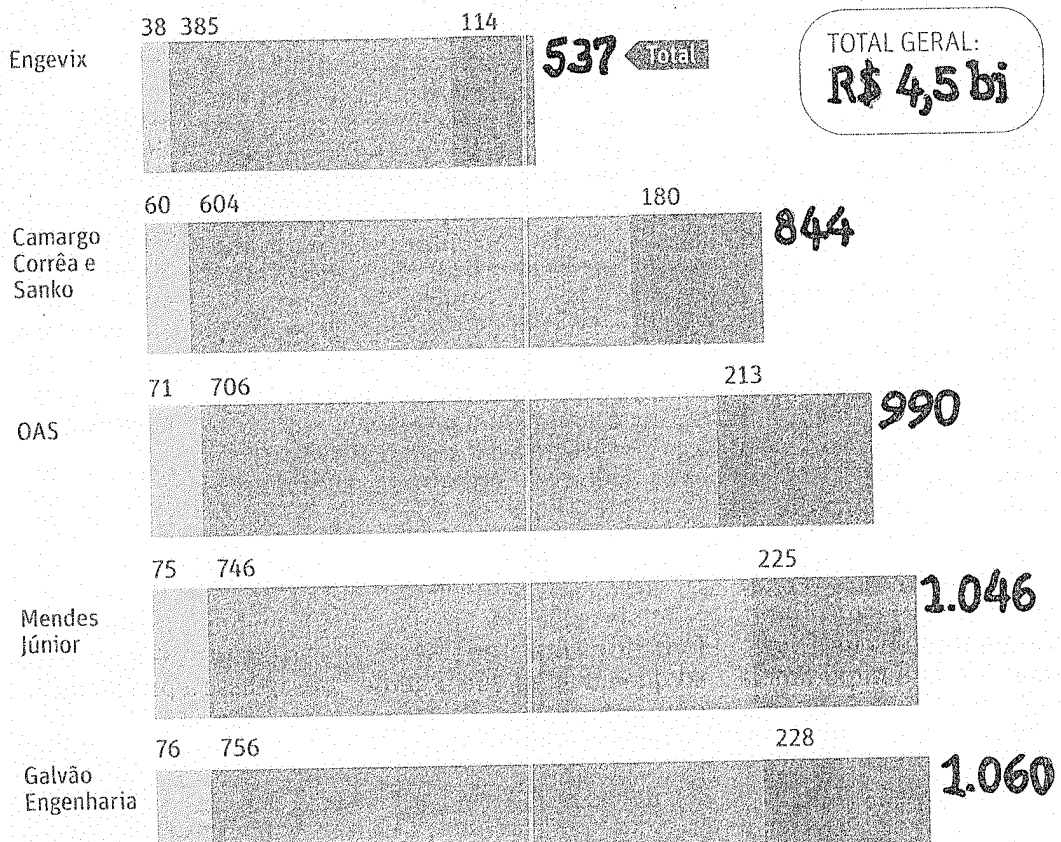
## CONTINUAÇÃO

### CHEGOU A ZONTA

Além de sofrer ações criminais por corrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes, empreiteiras agora são processadas por improbidade administrativa

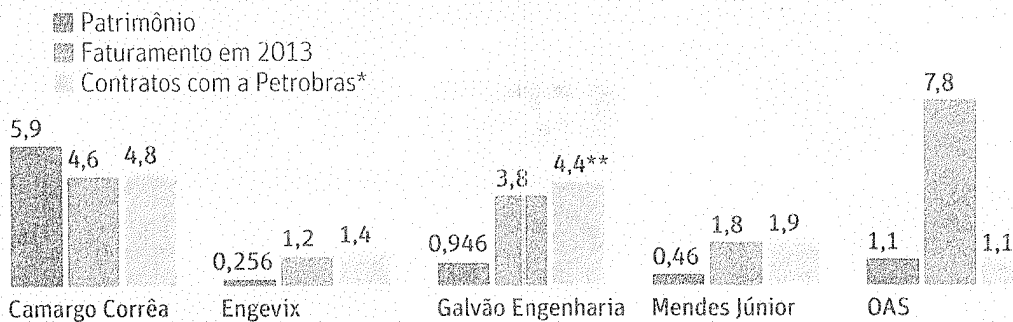
Valores cobrados, em R\$ milhões

- Ressarcimento ao erário
- Indenização por danos morais coletivos, igual a dez vezes o valor do dano
- Multa, igual a três vezes o valor



### PEIXE GRANDE EM POÇO GRANDE

O tamanho das empresas citadas pelo Ministério Público, em R\$ bilhões



\* Apenas contratos ainda em vigência, incluindo em consórcios

\*\* Inclui o contrato do consórcio UFN-3, que a Petrobras afirmou ter rompido em dezembro de 2014



22 FEV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## O desabafo de um advogado

JOSÉ CARLOS DIAS

Por que Kátia Rabello ainda está em regime fechado se os políticos condenados na ação penal 470 estão no semiaberto ou em prisão domiciliar?

Qualifico-me, de imediato, como um advogado perplexo com a injusta condenação de minha cliente Kátia Rabello, ex-presidente do Banco Rural, pelo Supremo Tribunal Federal, a 14 anos e cinco meses de reclusão, na ação penal 470, apelidada de “mensalão”, em absoluta disparidade com outras penas impostas a corréus do mesmo processo.

Igual punição recebeu o vice-presidente do mesmo banco, José Roberto Salgado, defendido pelo grande advogado Márcio Thomaz Bastos, que nos deixou tantas lições de vida e de ética.

Tenho a convicção de que o Supremo Tribunal Federal cometeu um grave erro judiciário. Tecnicamente foi um julgamento marcado por incongruências e distorções, que redundou no encarceramento de pessoa responsabilizada por inadequada aplicação da teoria do domínio do fato, condenada por responsabilidade objetiva.

O acórdão está permeado de contradições, os mesmos fatos são ora enquadrados como gestão fraudulenta, ora como lavagem de dinheiro, ora como evasão de divisas. Também a dosimetria da pena está em absoluta desconformidade com a jurisprudência nacional e do próprio Supremo, desconsiderando, entre outras questões, os bons antecedentes de Kátia.

Não discuto a adequação da decisão em relação aos políticos, mas salta aos olhos a sua desproporcionalidade. A balança da Justiça não se mostrou equilibrada e há mais de um ano Kátia Rabello está trancafiada em regime fechado em um presídio em Belo Horizonte.

Indignado, sinto ser imperioso tornar público este desabafo. Muitos dirão que o advogado nunca deve se indispor com a mais impor-

tante corte do país, perante a qual postula por outros clientes. Eu não penso dessa forma.

Como ficar em silêncio se estou convencido de que os senhores ministros erraram em prejuízo de uma cidadã que foi equiparada a delinquente perigosa, do mesmo jaez de uma latrocida, de autora de homicídio hediondo?

Como silenciar vendo nos jornais que todos os políticos condenados no referido processo já estão em regime semiaberto ou em prisão domiciliar, enquanto minha cliente permanece em regime fechado? Acaso Kátia Rabello oferece maior risco à sociedade do que políticos acoimados de corruptos?

Ainda que admitida sua culpa, a punição mais adequada seria a restrição de direitos, a prestação de serviços à comunidade.

A prisão deve ser sempre o último recurso do direito penal, por produzir sequelas irreparáveis e constituir ultraje aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Apesar disso, e da dramática situação prisional do país, continua a ser a punição reiteradamente aplicada por nossas cortes, o que nos leva hoje a ostentar a terceira maior população carcerária do mundo conforme dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais do King's College, de Londres.

Valendo-me do meu direito e do meu dever de utilizar a liberdade de expressão como instrumento de reparação a uma cidadã por quem tenho muito respeito, consigno este meu gesto de desagravo.

JOSÉ CARLOS DIAS, 75, é advogado criminalista. Foi integrante da Comissão Nacional da Verdade, secretário da Justiça de São Paulo (governo Montoro) e ministro da Justiça (governo FHC)

22 FEV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## STF deve revisar Lei da Anistia, diz juiz

Para membro da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nova composição fará tribunal brasileiro rever decisão

**Supremo reafirmou em 2010 validade da lei que garantiu perdão a crimes cometidos na ditadura militar**

ISABEL FLECK  
ENVIADA ESPECIAL A SAN JOSÉ

O vice-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o brasileiro Roberto Caldas, acredita ser apenas “uma questão de tempo” até que o STF (Supremo Tribunal Federal) decida revisar a Lei da Anistia, de 1979, neste ano.

Para o magistrado, é evidente que a formação da geração de juízes que está à frente do tribunal “teve uma carência em direitos humanos” — o que justificaria a decisão dos ministros, em abril de 2010, de não revisar a lei.

Ele, contudo, destaca um “avanço significativo” desde então no entendimento, por parte do STF, do trabalho da Corte Interamericana, que condenou o Estado brasileiro, em novembro de 2010, pelo desaparecimento de 62 pessoas durante a guerrilha do Araguaia (1972-74) e questionou a aplicação da anistia a crimes “imprescritíveis”.

“O Supremo é muito qualificado, porém a formação das gerações de juízes teve uma carência de direitos humanos, na qual eu me incluo”, disse Caldas em entrevista à *Folha*, em San José.

“Agora houve um avanço significativo nesse conhecimento do próprio tratado, do papel da Corte e creio que será natural o julgamento do

“ O Supremo é muito qualificado, porém a formação das gerações de juízes teve uma carência de direitos humanos

ROBERTO CALDAS  
vice-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Supremo levar em conta a decisão [de 2010] da Corte Interamericana”, completou.

O otimismo de Caldas se deve à ação ajuizada no STF pelo PSOL em maio passado, na qual o partido contesta a aplicação da Lei da Anistia a agentes públicos que cometeram graves violações de direitos humanos na ditadura.

Para o juiz, esta é a primeira vez, em mais de quatro anos, que o STF “tem a chance de se debruçar plenamente” sobre a revisão, que abriria caminho para o cumprimento da sentença da Corte.

“A Lei da Anistia ficou desbalanceada porque se aplicou de uma maneira geral [para todos os crimes] para os agentes do Estado”, disse.

A ação está sob análise do relator, Luiz Fux. Não há previsão de quando será votada.

Apesar do otimismo do magistrado, dos dez atuais ministros do STF, quatro recusaram em 2010 a revisão da Lei de Anistia (Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello), e apenas um votou a favor: Ricardo Lewandowski.

Em outubro passado, a Corte Interamericana emitiu nova resolução na qual cobra o Estado brasileiro por não cumprir a sentença de 2010 para punir os responsáveis por desaparecimentos forçados durante a Guerrilha do Araguaia. O tribunal dá um prazo até março para que o país explique o que está fazendo para aplicar a decisão.

Há uma discussão sobre se a sentença da Corte Interamericana está acima da decisão do STF de manter a anistia a agentes do Estado.

Para Caldas, é muito claro que a decisão final sobre este tema é de seu tribunal — e o Brasil, sendo signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que criou a Corte, está ciente disso.

“A Corte Interamericana é a intérprete última da Convenção Americana, que deve prevalecer em relação a todas as leis, inclusive às Constituições dos países.”

Apesar de elogiar o relatório da Comissão Nacional da Verdade, que pede a revogação da Lei da Anistia, ele diz que “o que importa” é a sentença da Corte, “obrigatória” para o governo. E acrescenta: “Há maturidade nas instituições militares para passar essa página da história. As Forças Armadas não podem ficar reféns de crimes graves de alguns de seus componentes”.

# FOLHA DE S. PAULO

GASPARI

22 FEV 2015

## DE SOBRAL.PINTO@EDU PARA JUIZ.MORO JUS

Meritíssimo juiz Sergio Moro,

Quando eu estava aí, minhas cartas eram longas. Esta será curta. O senhor disse que o encontro dos advogados das empreiteiras com o ministro da Justiça é "intolerável". Não é. Falta o senhor provar que eles trataram de assuntos impróprios. Fui de um tempo em que advogados iam para a cadeia porque defendiam comunistas. Na minha conta devem ter sido uma dezena, alguns deles sequestrados. Meteram-me numa enxovia em Goiás. Veja só: nós sabíamos que nossos clientes eram comunistas, mas nosso papel era defendê-los. Eu nada cobrava a eles. Como magistrado, o senhor tem duas obrigações: encarcerar os delinquentes e assegurar-lhes a defesa.

Acredite, jovem, mas até hoje o general Ernesto Geisel fecha a cara quando passa por mim. Não faz isso porque eu defendia subversivos durante a ditadura, mas porque em 1924, aos 31 anos, durante o governo de Artur Bernardes, eu era procurador criminal e tinha sob a minha exclusiva responsabilidade a direção da repressão legal aos criminosos políticos civis e militares que haviam atentado contra a ordem constitucional. Processei conspiradores e fui o iniciador no país da campanha eficiente contra o comunismo. Geisel fecha a cara porque entre os presos da época estavam os famosos "tenentes" que, como ele, viriam a ser os corifeus da ditadura de 1964. Como procurador, processei sediciosos e comunistas. Como advogado, defendi sediciosos e comunistas. Servi sempre ao direito. Não gosto de falar de colegas, mas guardo lembranças amargas de magistrados que se encantaram com o poder dos palácios ou com as vozes da rua.

Até hoje não vi na vossa conduta sinais de arbitrariedade. Não posso dizer se as prisões que o senhor decretou alongam-se em demasia, mas como procurador eu também não gostava de soltar presos.

Respeitosamente

Heráclito Sobral Pinto, advogado

### O QUE ELES DISSERAM

#### JOAQUIM BARBOSA

Se você é advogado num processo criminal e entende que a polícia cometeu excessos/deslizes, você recorre ao **JUIZ**. Nunca a políticos!

ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), criticando os encontros que advogados de empreiteiras sob investigação na Operação Lava Jato tiveram com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo

#### JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Como advogado e ministro da Justiça, eu afirmo: é direito de um advogado ser recebido e eu os receberei.

Só na **DITADURA** isso não se admite

ministro da Justiça, respondendo às críticas de seus encontros com advogados de empreiteiras que viraram alvo da Operação Lava Jato

22 FEV 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### Ex-deputado é preso sob suspeita de desviar R\$ 60 mi

DE SÃO PAULO - O ex-presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso José Riva (PSD) foi preso no sábado (21) em operação que investiga desvio de R\$ 60 milhões por meio de licitações fraudulentas. Riva foi abordado em casa por volta das 14h por membros das Polícias Civil e Militar e do Ministério Público. Segundo os órgãos, não apresentou resistência.

Em nota, o Gaeco, grupo de combate ao crime organizado composto pelas polícias e Ministério Público, disse que a prisão temporária foi decretada pela "prática reiterada de crimes" e por sua "gravidade".

Segundo denúncia oferecida pelo MP à Justiça, o ex-presidente fez aquisições falsas em cinco supostas empresas de fachada do ramo de papelaria.

23 FEV 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Avanços e desafios para a Defensoria Pública

RAFAEL VALLE VERNASCHI

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo comemorou no início deste ano nove anos de existência, período em que se consolidou como instituição paradigmática do sistema de Justiça, seja em razão do trabalho de excelência de seus membros junto à população mais pobre do Estado.

Reconhecendo mais uma vez a essencialidade da instituição na consolidação do Estado de Direito, os deputados federais e senadores aprovaram no último ano a Emenda Constitucional 80, que define a Defensoria Pública como instrumento do regime democrático e promotora dos direitos humanos.

A emenda reafirma sua autonomia e simetria com as demais instituições do sistema de Justiça e prevê sua expansão para todas as unidades jurisdicionais do país no prazo de oito anos.

A Defensoria Pública paulista vem demonstrando na prática a relevância de seu trabalho, como evidenciam os 1,3 milhão de atendimentos à população em 2014, contemplando as mais diversas áreas do direito e demandas em todas as regiões do Estado.

Além da atuação em prol das pessoas necessitadas em juízo, destacam-se o atendimento multidisciplinar, a educação em direitos e o fomento à solução extrajudicial de

**Os 1,3 milhão de atendimentos à população no ano passado evidenciam a relevância da Defensoria Pública para a população de São Paulo**

conflitos, como a parceria com o Tribunal de Justiça nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

Entre diversas outras iniciativas, vale ressaltar que nos últimos meses a instituição intensificou sua atuação na seara criminal, implementando uma política inovadora de atendimento permanente a presos provisórios.

Esse procedimento, com o apoio do governo do Estado e da Secretaria de Administração Penitenciária, tem garantido a realização de visitas regulares a todos os CDPs (centros de detenção provisória) localizados na cidade de São Paulo e na região metropolitana.

Neste primeiro semestre do ano, está em andamento a expansão dessa atuação para os CDPs do interior, litoral e região metropolitana, o que implicará em defensores públicos atendendo periodicamente em 33 estabelecimentos prisionais.

Defensores públicos atendem atualmente milhares de pessoas presas sem condenação definitiva

e que ainda aguardam um julgamento, muitas das quais têm grande chance de serem inocentadas ou, caso condenadas, receberem penas alternativas.

Os dados até o momento coletados apontam um índice de 15% na soltura de pessoas atendidas durante as visitas. A atuação ainda aumenta a efetividade da defesa processual, possibilita o contato do preso com seus familiares, permite uma melhor orientação a quem muitas vezes desconhece o motivo de seu aprisionamento, bem como a maior pacificação do ambiente prisional.

Tais contribuições da instituição à efetivação do direito de defesa e à promoção de justiça serão agora potencializadas com a participação da Defensoria Pública no projeto de audiências de custódias, medida que garante a apresentação pessoal de presos em flagrante à autoridade judiciária no prazo de 24 horas, o que contribuirá ainda mais na redução do número de prisões ilegais.

Esses são alguns dos desafios a serem enfrentados pela Defensoria Pública paulista, que, com a continuidade de sua expansão e fortalecimento institucional, certamente avançará nas conquistas hoje comemoradas.

RAFAEL VALLE VERNASCHI é defensor público-geral do Estado de São Paulo

21 FEV 2015

GAZETA DO POVO

# Governo fatia “pacotão” e evita votar direitos do funcionalismo

Medidas menos polêmicas serão enviadas à Assembleia na segunda-feira. Já as demais voltam ao Legislativo após negociação com servidores

Rogério Waldrigues Galindo

O governo do estado deve reenviar à Assembleia Legislativa apenas parte do seu “pacotão” de ajuste fiscal, pelo menos por enquanto. A ideia do Executivo é mandar na segunda-feira as propostas menos polêmicas do conjunto de medidas — como a criação da Nota Fiscal Paranaense, a implantação de um cadastro de inadimplentes e a possibilidade de refinanciamento de dívidas de ICMS e IPVA. As propostas que dizem respeito a direitos do funcionalismo e à previdência só voltariam ao Legislativo depois de negociação com os servidores.

Embora tenha pressa para aprovar as medidas de corte de gastos bem como a autorização para mexer mais livremente no dinheiro público, o governo chegou à conclusão de que não há clima no momento para aprovar as pro-

postas na Assembleia. Na semana passada, professores e outras categorias deflagram greve e uma multidão de manifestantes cercou a sede do Legislativo em Curitiba para impedir a votação. O plenário da Casa foi ocupado pelos manifestantes e, na quinta-feira, os parlamentares chegaram a usar um ônibus da tropa de choque da PM para entrar na Assembleia. Mesmo assim, devido aos protestos e ao risco de nova invasão, não conseguiram concluir a sessão.

Segundo pessoas ligadas ao governo, a ideia é reduzir a tensão neste momento, não só abrindo diálogo com as categorias em greve como evitando passar os projetos na pressa. Alguns pontos, que já tinham sido retirados durante a primeira tentativa de votação do pacote — como o fim de quinquênios e a mudança das regras de progressão dos professores — não devem mais ser postos em discussão.

Sem as propostas mais polêmicas em pauta, a expectativa do Executivo é aprovar as primeiras medidas rapidamente para conseguir algum reforço de caixa, por exemplo, com o pagamento das primeiras parcelas de quem renegociar suas dívidas com o estado. Hoje, o passivo a ser cobrado pelo governo em impostos atrasados é avaliado

em mais de R\$ 10 bilhões. Quem aderir terá descontos nos juros e nas multas gerados pelo atraso.

A principal arma prevista pelo governo para sair do aperto financeiro, que levou inclusive a um atraso no pagamento de terço de férias e de rescisões com professores temporários em janeiro, era a fusão dos fundos da Parana-previdência. Com isso, o governo passaria a poder usar o fundo previdenciário, que tem hoje R\$ 8 bilhões, para pagar os aposentados.

Atualmente, esse dinheiro serve como uma “poupança” para pagamentos futuros, mas o governo argumenta que não tem mais como retirar por mês R\$ 250 milhões do tesouro para pagar os inativos, e que precisa ter acesso ao fundo. No entanto, o funcionalismo não aceita mexer na Parana-previdência e, para evitar tumultos na retomada das votações, o projeto sobre o tema não deve ser discutido por enquanto.

## R\$ 8 BILHÕES

é a quantia existente no fundo previdenciário da Parana-previdência e que o governo do estado espera poder usar.

CONTINUA

21 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### FATIANDO O PACOTE

O governo do estado desistiu de aprovar o pacote fiscal todo de uma vez. Agora, pretende fazer o processo em etapas. Entenda:

**Algumas medidas deverão ser colocadas em votação já nos próximos dias**



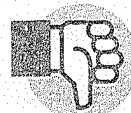
- **Criação da Nota Fiscal Paranaense:** Programa aos moldes do sistema paulista, que premia o cidadão que pede a nota fiscal na compra. Ideia é reduzir a sonegação no comércio.
- **Cadin:** Governo pretende criar um cadastro de grandes devedores para forçar o pagamento de dívidas de ICMS e IPVA.
- **Refis:** Cria um programa de refinanciamento de dívidas de ICMS e IPVA, dando descontos em multas e juros para quem parcelar débitos em até 10 anos.
- **Debêntures:** Governo pretende criar uma Sociedade de Propósito Específico para vender recebíveis derivados das dívidas refinanciadas.

**Outras medidas poderão ser reenviadas mais para frente, conforme haja acordo com os servidores**



- **Previdência:** Ideia é fundir dois fundos da ParanaPrevidência para que governo possa usar R\$ 8 bilhões do Fundo Previdenciário para pagar aposentados atuais. Isso reduziria em R\$ 250 milhões a pressão mensal sobre o caixa.
- **Fundo complementar:** Governo pretende limitar aposentadoria obrigatória no teto do INSS, de R\$ 4,4 mil. Quem quiser receber o salário integral depois de aposentado precisará contribuir para um fundo complementar.
- **Ciência e tecnologia:** Muda regras do uso dos 2% da receita que são destinados a ciência e tecnologia. Com isso, o governo poderá usar até 1,5% da receita para pagar folha de pessoal das universidades estaduais.
- **Fundos:** Permissão para que o governo use todos os fundos financeiros específicos (como os de segurança, ciência, meio ambiente etc.) para pagar folha de pessoal.

**Algumas medidas não devem voltar à Assembleia**



- **Tempo de serviço:** Governo desistiu de cortar anuênios e quinquênios de servidores públicos.
- **PDE:** Antes, o Executivo cogitava extinguir o programa de capacitação dos professores da rede pública de ensino.
- **Progressões:** Pelo menos por enquanto, as regras para promoções e progressões na carreira dos educadores continuarão as mesmas.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

**CONTINUA**

21 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Servidores do Judiciário param contra propostas e auxílio-moradia

Os servidores do Poder Judiciário do Paraná decidiram fazer uma paralisação de 24 horas na próxima terça-feira (24). Eles protestam contra o “pacote” do governo do estado — mais especificamente contra a ideia de fundir os dois fundos da Parana Previdência — e contra o auxílio-moradia dos magistrados.

A decisão de parar foi tomada em assembleia na manhã desta sexta-feira (20), realizada pelo sindicato da categoria, o Sindijus. Hoje, há cerca de 7 mil servidores do Judiciário no Paraná e 3,6 mil são sindicalizados. A intenção do sindicato é que todos parem. A categoria também votou pela manutenção do estado de greve por tempo indeterminado.

### Auxílio-moradia

No caso do auxílio-moradia dos magistrados, o pedido da categoria é que os juizes e desembargadores não recebam pagamentos retroativos do benefício, como estão pedindo. Desde o ano passado, os magistrados têm

direito a R\$ 4,4 mil mensais de auxílio, independentemente de terem sido deslocados de sede ou de precisarem comprovar gastos com moradia. Em janeiro, a associação que representa a magistratura, a Amapar, pediu que o benefício seja pago retroativamente, referente aos últimos cinco anos, o que custaria cerca de R\$ 168 milhões ao erário. Os funcionários da Justiça são contra o pagamento.

Os servidores também querem isonomia entre os funcionários do primeiro e do segundo grau do Judiciário. Segundo o coordenador-geral do Sindijus, José Roberto Pereira, hoje, mesmo quando têm a mesma escolaridade e o mesmo tempo de função, há diferenças de salários e vantagens — quem trabalha na primeira instância sempre recebe menos do que quem está no Tribunal de Justiça. (RWG)

---

**R\$ 4,4 MIL**

é o valor pago por mês aos magistrados paranaenses em auxílio-moradia. A associação que representa a magistratura no Paraná pede, inclusive, que o benefício seja pago retroativamente. Os servidores do Judiciário são contrários ao pagamento.



21 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### Auxílio-moradia 1

Mais um absurdo em nosso estado: agora o auxílio-moradia será pago para alguns funcionários do Tribunal de Contas (**Gazeta**, 20/2). Onde está o bom senso de nossos governantes e dessas instituições? O Brasil e o Paraná estão mergulhados em uma crise financeira; fala-se em segurar gastos e reverter contas. Para a população paranaense, essa notícia é uma vergonha.

Marcelo Parchen de Christan

### Auxílio-moradia 2

O governo fala em economia de gastos, mas age na contramão: auxílio-moradia para o Judiciário e agora para o Tribunal de Contas? Estão tripudiando do funcionalismo. Esses políticos estão dividindo nosso Brasil em "castas". Para onde iremos?

Olavo Gonçalves de Oliveira

### Auxílio-moradia 1

### Auxílio-moradia 1

"Enquanto os professores seguem em greve, ali do ladinho, no Tribunal de Contas os próprios conselheiros aprovam o seu auxílio-moradia e mais benefícios. Até parece que ganham tão mal quanto os professores e merecem uma verba extra. É uma vergonha".  
Manuella Busatto Puttkammer, via Facebook, sobre o auxílio-moradia para o Tribunal de Contas.

### Auxílio-moradia 2

"Se não bastassem os juízes, agora o TC aprova auxílio-moradia para auditores, conselheiros e desembargadores. Verba de R\$ 4.377 por mês. E os servidores em greve. Esse é o Paraná. Na próxima assembleia dos professores, vamos votar também auxílio-moradia para todos os educadores do Paraná – e com esse mesmo valor".

Stallone Ribeiro, via Facebook, sobre o benefício.

21 FEV 2015

GAZETA DO POVO

# MP cobra R\$ 4,5 bi de executivos e empreiteiras

Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, OAS e Sanko ficam proibidas também de firmar contrato com o governo

BRASÍLIA  
Folhapress

Em um desdobramento da Operação Lava Jato que poderá afetar os cofres das empreiteiras envolvidas no caso, o Ministério Público Federal apresentou à Justiça cinco ações civis de improbidade administrativa para cobrar R\$ 4,48 bilhões de seis empresas e executivos acusados de participação no desvio de recursos da Petrobras.

Outras punições civis de conteúdo econômico pedidas pela Procuradoria contra as empreiteiras são as de proibição de contratar com a administração pública e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

O Ministério Público já havia oferecido denúncias crimi-

nais contra executivos de construtoras e outros suspeitos no ano passado, e agora busca o Judiciário para que esses réus e as empresas acusadas também sejam condenados na área cível.

As empresas alvo das ações civis são Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, OAS e Sanko. Os principais dirigentes das empresas, como diretores e presidentes, também são acusados nas novas ações.

As ações apontam o pagamento de propina pelas companhias ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, por intermédio do doleiro Alberto Youssef, que "variavam de 1% a 3% do montante total de contratos bilionários, em licitações fraudulentas", apontou a Procuradoria. No caso da Sanko, ela é acusada de ter intermediado as propinas.

Os R\$ 4,48 bilhões correspondem a um pedido de ressarcimento de R\$ 319,7 milhões (valor estimado da propina paga a Costa), mais R\$ 3,19 bilhões de danos morais coletivos (propina multiplicada por dez) e multa de R\$ 959 milhões (três vezes o valor do acréscimo

patrimonial de Costa). O critério para fixar o valor dos danos morais coletivos nas ações, correspondente a dez vezes o valor das propinas, é incomum em processos de improbidade administrativa, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.

Para justificar esse pedido de punição rigorosa, a Procuradoria aponta dados sobre a importância da Petrobras para a economia do país e afirma que os desvios na estatal causaram "lesão de grande magnitude ao patrimônio público, com forte impacto negativo na coletividade".

Essa sanção também deve ter "caráter preventivo", segundo o Ministério Público. "É de se ver que além de todos os malefícios gerados pela corrupção, a ausência de punição rigorosa faz surgir o sentimento de impunidade entre corruptos e corruptores de forma a fomentar a continuidade desta deletéria prática", afirma a instituição.

Por terem natureza civil, as novas ações não serão julgadas pelo juiz Sérgio Moro, que é o titular da vara criminal responsável pela operação. As ações foram distribuídas à 2.ª Vara Federal do Paraná.

CONTINUA

21 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### SOB SUSPEITA

Alguns dos executivos denunciados:

#### OAS

José Aldemário Pinheiro Filho  
Agenor Magalhães Medeiros  
José Nogueira Breghirolli  
Mateus Coutinho de Sá Oliveira  
Fernando Augusto Andrade  
João Alberto Lazzari

#### CAMARGO CORRÊA E SANKO

Dalton dos Santos Avancini  
João Ricardo Auler  
Eduardo Hermelino Leite  
Márcio Andrade Bonilho

#### ENGEVIX

Gerson de Mello Almada  
Carlos Eduardo Strauch Albero  
Newton Prado Junior  
Luiz Roberto Pereira

#### GALVÃO ENGENHARIA

Erton Medeiros Fonseca  
Jean Alberto Luscher Castor  
Eduardo de Queiroz Galvão  
Dario Queiroz Galvão Filho

#### MENDES JÚNIOR

Sérgio Cunha Mendes  
Rogério Cunha de Oliveira  
Ângelo Alves Mendes  
Alberto Elísio Vilaça Gomes  
José Humberto Cruvinel Resende

### LIBERDADE

A Justiça Federal do Paraná mandou soltar, no início da noite desta sexta-feira (20), um dos réus da Lava Jato, João Procópio de Almeida Prado, que trabalhava para o doleiro Alberto Youssef. Preso desde julho do ano passado, João Procópio estava no Complexo Médico Penal, em Piraquara. Ele é réu em duas ações oriundas da operação que investiga um esquema de corrupção na Petrobras, sob acusação de ser responsável pelas contas no exterior de Youssef. Em algumas delas, aparecia como beneficiário. A defesa de João Procópio apresentou o compromisso de encerrar suas contas no exterior e auxiliar na repatriação dos recursos, quando for possível.

### OUTRO LADO

#### Sem notificação oficial, empresas não falam sobre acusações

As empresas processadas pelo Ministério Público Federal em razão da Operação Lava Jato informaram que não foram notificadas oficialmente e que somente depois disso poderão responder às acusações dos procuradores.

A Camargo Corrêa afirmou, por meio de uma nota, que, "assim que houver possibilidade de defesa, a companhia apresentará sua contestação às acusações". A empreiteira OAS informou que "refuta veementemente tais alegações". Segundo a construtora, assim que ela "for notificada da ação, irá defender-se nos termos da lei".

A Engevix, por sua vez, declarou que, "assim que notificada, a empresa, por meio de seus advogados, tomará as devidas providências".

Já a construtora Mendes Júnior também declarou que até o momento "não foi notificada com relação à citada ação".

A Sanko declarou que não faz vendas diretas à Petrobras e que, em seus depoimentos, o ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa afirmou "não ter recebido qualquer centavo ilícito da Sanko-Sider". Procurada pela reportagem, a Galvão Engenharia informou que não irá se pronunciar.

21 FEV 2015

## GAZETA DO POVO

# MPF investigará contas de brasileiros no HSBC da Suíça

BRÁSILIA

Folhapress

O Ministério Público Federal do Brasil informou ontem que irá investigar a suspeita de evasão fiscal envolvendo o HSBC na Suíça. O caso ficou conhecido como "Swissleaks". O escândalo veio à tona após uma associação internacional de jornalistas divulgar documentos sobre contas secretas mantidas no país europeu pelo banco. As informações apontam que a companhia ajudou clientes a esconder bilhões de dólares em ativos, dentre eles brasileiros.

Ontem, questionado sobre possíveis providências a serem tomadas, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que o assunto estava sob análise de órgãos técnicos.

### Fisco

A Receita Federal também anunciou que irá apurar operações realizadas por brasileiros em contas secretas mantidas pelo banco na Suíça. Em nota, informou que teve acesso a parte da lista.

Segundo o blog do jornalista Fernando Rodrigues, no UOL, do Brasil são 6.606 contas bancárias — que atendem a 8.667 clientes — e um valor movimentado entre 2006 e 2007 equivalente a cerca de R\$ 20 bilhões.

21 FEV 2015

## GAZETA DO POVO

### JUSTIÇA

#### **Gol é proibida de cobrar taxa de embarque para menores de idade**

↓ Determinação da Justiça catarinense proibiu a companhia aérea Gol de cobrar automaticamente, em seu site de vendas, taxa de embarque para menores na compra de passagem, por entender que esta cobrança é abusiva. Segundo a ação ajuizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, a empresa estava aplicando taxas de R\$ 100 para voo doméstico e de US\$ 75 (R\$ 215) para voos internacionais independentemente de o menor viajar ou não acompanhado de responsável. A Justiça determinou que a aérea passe a oferecer ao consumidor duas opções de compra: para menor acompanhado, sem taxa, ou desacompanhado, quando a taxação pode ser aplicada. Foi estabelecida multa de R\$ 10 mil por dia de descumprimento da obrigação, que entrou em vigor na última quinta-feira.

WILSON DE ARAÚJO BUENO

## História Em Tempo Real, Em Vozes do Paraná 7

**A** Gazeta do Povo, em agosto do ano passado, fez uma preciosa cobertura da trajetória da coleção Vozes do Paraná, de Aroldo Murá G. Haygert. O título da reportagem de Diogo Antonello foi oportuníssimo, "História em Tempo Real". E é com este espírito de contar a história de paranaenses notáveis – de todos os estratos sociais e sem discriminações – que o autor tem feito uma trajetória singular e, de certa forma, pioneira e única. Seus lançamentos, desde a primeira edição, em 2008, são a melhor parte do calendário editorial de Curitiba, atraindo quase sempre cerca de 600 pessoas. Os lançamentos são uma festa: os personagens dos livros chamam seus convidados, quase sempre também ligados a Aroldo, ele mesmo uma testemunha preciosa dos últimos 54 anos da vida paranaense (tempo de sua vida jornalística e de magistério).

### História Em Tempo Real II

O próximo Vozes do Paraná, volume 7, deverá ser lançado entre junho e agosto. O número de páginas, formato 4, é de 700. Há uma novidade: "Os jovens também estão fazendo história", diz Aroldo Murá, anunciando a introdução do espaço "Nova Geração", que a partir do número 7, contemplará paranaenses que vão se destacando em suas atividades, "gente entre 18 e 35 anos". O espaço contemplará um expert em Tecnologia da Informação, curitibano, com clientes em todo Brasil e no exterior, Michel Dohms. E a deputada estadual mais jovem do Brasil, Maria Vitória Barros, filha de Cida Borghetti e Ricardo Barros, sobrinha do secretário de Planejamento, Silvio Barros.

### História Em Tempo Real III

Em primeira mão, revelo alguns nomes que comporão Vozes do Paraná 7, um espaço repositório da História do Paraná de hoje, cada vez mais disputado: Ex-governador Mário Pereira; ex-presidente da OAB – Paraná, José Lúcio Glomb; Peter Ter Poorten, economista e ex-diplomata; Leila Pugnaloni, artista plástica. Comandante Aristogiton França, lenda viva da aviação brasileira; Álvaro Borges, artista plástica; Victor Caruso Junior, budista e professor de yoga; Ângelo Lopes, ex-prefeito de Curitiba ("in memoriam"); Chloris Casagrande Justen, presidente da Academia Paranaense de Letras; Renato Adur, empresário e líder político, pemedebista histórico; Martha Feldens, Ayrton Luiz Baptista e Antonio Claret de Rezende, jornalistas; Joatan Carvalho, desembargador e escritor; Otto Leopoldo Winck, professor universitário e escritor; Roberto Muggiati, jornalista e tradutor; Renato Augusto Carneiro Junior, historiador; Jorge Menezes, designer; Judas Tadeu Grassi Mendes, economista e diretor da EBS Business School; Marta Moraes da Costa, teatraloga e professora; Rabino Pablo, da Comunidade Israelita de Curitiba; Jayme Benjamin Guelmann, médico e professor universitário; Wasyl Stuparik, comunicador, especialista em memória do Paraná; empresário Waldemir Kurten; Dagoberto Requião, psiquiatra e professor da PUC – PR; Marcos Domakoski, diretor da Copel; Ozeil Moura dos Santos, empresário e cônsul do Senegal; Joel Malucelli, empresário, banqueiro e suplente de senador; Rodolfo Doubek Filho, arquiteto; Fernando Pernetta Velloso, pintor, um dos introdutores do Modernismo no Paraná; Elvo Benito Damo, um dos mais destacados escultores do Paraná; Venevêrito da Cunha, engenheiro civil mais velho em atividade no Paraná.

# 'Pacotaço' mistura medidas ruins e boas

Euclides Lucas Garcia

**F**ontes do governo do Paraná e deputados da base aliada admitem que um dos principais erros do "pacotaço" enviado à Assembleia Legislativa foi ter misturado mais de uma dezena de assuntos complexos e totalmente distintos em apenas dois projetos de lei. E, um erro maior ainda, foi ter tentado aprová-los na base do tratoração, em menos de uma semana de tramitação. O resultado foi que as medidas de uma maneira geral – mesmo as propostas positivas – receberam o carimbo de prejudiciais à população e ao funcionalismo público. O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, porém, garante que todas elas são benéficas e já deram certo em outros estados e mesmo na União. "Não tem nenhuma jabuticaba paranaense [no 'pacotaço']", afirmou. A reportagem da *Gazeta do Povo* foi buscar esses precedentes e ver os prós e contras de cada um deles. Leia abaixo:

## MORTE DA PARANAPREVIDÊNCIA

Talvez a mais polêmica das medidas defendidas pelo governo do estado, a unificação dos dois principais fundos da Parana Previdência – se aprovada – certamente irá desaguar na Justiça. No modelo atual, o Fundo Previdenciário, que serve como uma poupança para pagar futuros aposentados, é superavitário e tem hoje R\$ 8 bilhões em caixa. Paga apenas 14% dos inativos, que se aposentaram após a criação da Parana Previdência, no governo Jaime Lerner. Por outro lado, o Fundo Financeiro, responsável por pagar a maior parte dos aposentados, que deixaram o governo em anos anteriores, tem um furo mensal de R\$ 250 milhões. Com a fusão dos fundos, o Executivo poderá usar o dinheiro da "poupança" para todos os inativos, cobrindo o furo. Num cálculo simples, todo o montante terá desaparecido em 2 anos e 8 meses, ainda no mandato do governador Beto Richa (PSDB). Medida idêntica foi tomada pelo governo de Minas Gerais em dezembro de 2013, mesmo com parecer contrário do Ministério da Previdência. "Com os recursos já acumulados pelo Fundo Previdenciário sendo imediatamente consumidos pelo Fundo Financeiro, o estado continuaria indefinidamente efetuando aportes mensais para insuficiência financeira de toda a massa, agravando o desajuste do sistema e das contas públicas em curto prazo", argumentou o ministério. No parecer, a pasta classificou a medida como ilegal e "solução simplista". "Se hoje não há dinheiro para pagar a folha, imagine daqui a três anos quando houver mais 20 mil aposentados. O fundo estará zerado e vão tirar dinheiro de onde?", alerta Renato Follador, idealizador da Parana Previdência



**CONTINUA**

22 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### DESVRTUAMENTO DOS FUNDOS

Outro ponto bastante controverso do "pacotaço" desobriga o governo de investir recursos dos fundos estaduais exclusivamente nas atividades a que eles se relacionam, conforme exige a legislação atual. Hoje, há fundos específicos para a preservação do meio ambiente, a manutenção do sistema penitenciário, a ampliação dos programas de segurança pública.

Historicamente, porém, a regra é descumprida. A irregularidade sempre foi alvo de cobranças do Tribunal de Contas do Estado (TC) nos julgamentos anuais das contas do governador. Segundo o órgão, em média, apenas 70% dos recursos carimbados para os fundos chega até eles. Em 2012, por exemplo, esse déficit foi de mais de R\$ 700 milhões.

Agora, sob a justificativa de dar "maior flexibilidade para a gestão orçamentária e financeira dos fundos", o Executivo estadual pretende liberar os recursos de todos eles para o pagamento de qualquer despesa, inclusive gastos com pessoal.



### FILA DE PRECATÓRIOS

Sem apresentar qualquer justificativa nos projetos encaminhados à Assembleia Legislativa e em um artigo de apenas quatro linhas, o governo do Paraná quer reduzir o teto das requisições de pequeno valor (RPV). Hoje, se alguém ganha uma causa contra o estado cujo valor é inferior a 40 salários mínimos (cerca de R\$ 31,5 mil), o governo não pode pagar em precatórios – é obrigado a retirar esses valores do caixa em 60 dias. O "pacotaço", porém, prevê a redução desse valor para R\$ 12 mil. Na prática, por exemplo, o dono de uma oficina mecânica que tiver R\$ 13 mil a receber do governo iria para a fila de precatórios, que atualmente está pagando papéis datados de 1996. Pequenos negócios inevitavelmente ficariam inviabilizados sem esses recursos. Recentemente, o governo de Santa Catarina sancionou uma lei reduzindo o teto das RPV para 10 salários (pouco menos de R\$ 8 mil). A OAB nacional foi ao Supremo Tribunal Federal contra a medida, e a Procuradoria Geral da República (PGR) já se posicionou a favor da ordem. "É notório que este é um dos estados com melhor condição econômica da federação, de maneira que a redução se revela desproporcional e desarrazoada", argumentou a PGR.



CONTINUA



22 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## VENDENDO DÍVIDAS NO MERCADO



A manobra mais complexa pretendida pelo governo prevê a venda de débitos que o estado tem a receber e que já estejam inscritos na dívida ativa ou já tenham sido renegociados com o contribuinte devedor. Essa foi a forma encontrada para antecipar fluxos de caixa futuros com impostos em atraso – alguns dos quais o estado talvez nunca fosse receber – sem comprometer a capacidade de endividamento prevista em lei. Quando atuou como secretário de Finanças do município de São Paulo, Mauro Ricardo Costa lançou mão desse mecanismo e conseguiu aumentar em 72% a previsão de investimentos da prefeitura de 2011 para 2012. Pela proposta, o governo não terá nenhuma responsabilidade sobre o efetivo pagamento da dívida negociada nem poderá fornecer qualquer informação sobre o contribuinte devedor a quem decidir comprá-la. “A questão é saber se o título será atrativo, afinal estarão comprando um mico. Se o estado, que é um credor privilegiado constitucionalmente falando, não consegue cobrar a dívida, como o comprador do título irá conseguir?”, questiona Roberto Piscitelli, professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília. Para atrair compradores – e devedores –, porém, o governo aposta num programa de refinanciamento de dívidas contraídas até 2014, que oferecerá descontos de até 75% no valor das multas e de até 60% no valor dos juros. “É inegável que haverá entrada quase imediata de dinheiro no caixa. Mas conceder anistia é pouco educativo e tem um caráter de injustiça tributária”, critica Piscitelli. Outro ponto polêmico é que a negociação das dívidas se dará por meio de Sociedade de Propósito Específico (SPE) ou de Fundo de Investimento, que vai emitir debêntures e negociá-las no mercado privado. As SPEs contam com a participação estatal, mas funcionam como empresas privadas, impedindo os órgãos de controle de ter acesso às informações centrais das negociações. Irregularidades nessas sociedades já foram detectadas na Petrobras, Eletrobrás e Caixa Econômica Federal.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 FEV 2015

## SPC PÚBLICO



Devendo mais de R\$1,2 bilhão a fornecedores até o fim do ano passado, o governo do Paraná pretende criar o Cadastro Informativo Estadual (Cadin), um banco de dados que reunirá o nome dos contribuintes em débito. A intenção é centralizar as informações de devedores para facilitar a cobrança dos inadimplentes. O mecanismo já existe na União desde 2002 e foi implantado no governo de São Paulo pelo próprio Mauro Ricardo Costa em 2008, quando era secretário da Fazenda. Pessoas físicas e jurídicas com problemas no Cadin ficarão em situação comparável à de um cidadão com "nome sujo" no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Os devedores não poderão firmar convênios e contratos com o estado, receber incentivos fiscais, alvarás e quaisquer licenças do governo.

## TRIBUTOS DEVOLVIDOS



O programa Nota Fiscal Paranaense é inspirado em um similar de São Paulo, reconhecido nacionalmente como um sucesso. Por meio dele, o consumidor recebe de volta até 30% do ICMS pago pelo estabelecimento comercial ao governo paulista. A ideia é incentivar os cidadãos a exigir o documento fiscal na compra de algum produto e, assim, ajudar a combater a sonegação. Para isso, basta informar o CPF ou CNPJ no momento do negócio. Após oito anos de vigência do programa, os resultados em São Paulo são excelentes. Mesmo tendo devolvido cerca de R\$11,6 bilhões a 17 milhões de usuários cadastrados, o estado vizinho aumentou a arrecadação de ICMS em até 40%. Como o programa, inúmeros estabelecimentos comerciais saíram da informalidade e houve redução na carga tributária. O modelo paranaense seguirá os mesmos moldes. Pelo projeto, o consumidor poderá receber de volta o ICMS em dinheiro, em prêmios sorteados e em créditos para abatimento do IPVA ou destinados a entidades filantrópicas.

## ALÍVIO PREVIDENCIÁRIO



Com um rombo no INSS acumulado em R\$ 524,2 bilhões, a União instituiu em fevereiro de 2013 o regime de previdência complementar para o funcionalismo público federal. Com a medida, servidores que ingressarem no governo após a criação do plano receberão no máximo o teto do INSS (hoje em R\$ 4,6 mil) quando se aposentarem, conforme as regras tradicionais. Se quiser receber o valor integral que ganha na ativa, o funcionário – e o Executivo – poderá contribuir com até 8,5% do montante que exceder esse teto. A intenção é diminuir o valor da contrapartida do poder público e aliviar as crescentes despesas para o custeio da previdência nacional. No estado, esse novo sistema será gerido pela Fundação de Previdência Complementar do Paraná (Prevcom), ainda a ser criada. O modelo, que também poderá ser usado por outros poderes estaduais e pelos municípios, vai funcionar de maneira quase idêntica ao da União. O percentual de contribuição acima do teto do INSS, porém, não poderá superar 7,5%. Para o consultor Renato Follador, que idealizou a previdência paranaense atual, essa é a única ressalva que pode ser feita à proposta. "Uma alíquota nesse patamar é insuficiente para a constituição de uma boa aposentadoria. O ideal seria manter os mesmos 11% de hoje. Até porque, quanto maior a alíquota, maior a possibilidade de conseguir o benefício desejado", diz. "Se os investimentos forem bem feitos, as futuras aposentadorias podem ser até maiores que as atuais."

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

## Zombaria

22 FEV 2015

**L**egal, mas ilegítimo, imoral, inoportuno, desrespeitoso, injusto, desnecessário... Muitas outras palavras do gênero poderiam ser alinhadas para descrever a decisão do Tribunal de Contas do Paraná, na última quinta-feira, de conceder aos seus conselheiros, auditores e procuradores auxílio-moradia mensal de R\$ 4.377,73. Pode ser legal, pois previsto em resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estendeu a todos os magistrados e congêneres (os membros do TC são congêneres!) o direito de receber a grana.

Nem tudo que é legal, porém, é legítimo, pois, nesse caso, não atende ao interesse público e nem é socialmente justo. Imoral porque, se o auxílio é para moradia, a ele deveriam ter acesso exclusivamente os que, por transferências ou obrigações funcionais, não tenham onde nem como se abrigar à própria custa. E também injusto na medida em que privilegia uma casta de servidores e exclui todos os demais. E desnecessário, porque beneficia exatamente os que, com proventos da ordem de R\$ 30 mil mensais, podem certamente morar dignamente.

Vejamos, por exemplo, como fica o caso de um presidente do Tribunal de Contas (atualmente, Ivan Bonilha). Seus proventos, pelo simples fato de ser conselheiro, são de R\$ 30.471,11, mas por ser presidente ganha mais 25% de gratificação (R\$ 7.617,77) e auxílio-alimentação de R\$ 751,96, como todos os colegas. A esta primeira parcial, que já chega a R\$ 38.840,84, some-se agora o auxílio-moradia, perfazendo R\$ 43.218,57 mensais.

Se é desnecessária, injusta e ilegítima, a instituição do auxílio aos conselheiros é também totalmente inoportuna. Ela se deu no exato instante em que centenas de servidores públicos, professores principalmente, ocupam a Praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico, brigando para receber salários atrasados e para não perder míseros direitos conquistados. Poucos servidores públicos ganham o equivalente a um auxílio-moradia.

Os ilustres conselheiros ignoram a ilegitimidade e a imoralidade e agarram-se na legalidade, com um argumento que soa zombeteiro. Diz a nota oficial que o TC divulgou na sexta-feira: "O benefício é concedido desde março de 2014, em todas as instâncias, motivo pelo qual o seu não pagamento caracterizaria o inadimplemento de um direito reconhecido pelo STF". Isto é, o privilégio legal (mas recusável) transforma-se em obrigação a ser cumprida.

É a tal da "simetria": se há previsão legal para a concessão do auxílio para todos os magistrados, por que "ficarmos de fora?", teriam perguntado os conselheiros que se autoconcederam a benesse. É só uma questão de isonomia, argumentam.

Logo após terminada a votação que instituiu a aberração, os conselheiros voltaram para a rotina — isto é, examinar as contas de prefeitos e vereadores das menores cidades para impor-lhes multas pesadas por quaisquer irregularidades, voluntárias ou não. E logo estarão julgando as contas do governo estadual, sobre as quais certamente caberão umas poucas "ressalvas".

**CONTINUA**

22 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

01/02/2015

## CELSO NASCIMENTO

### Conta-gotas 1

Não chegará de camburão à Assembleia o "pacote" do governo estadual. Simples estafetas poderão cumprir a tarefa, a partir desta segunda-feira (23), de levar em conta-gotas, do Palácio Iguazu à Assembleia, os projetos que compõem o conjunto de medidas "saneadoras" das finanças estaduais, em dificuldades até para honrar a folha.

### Conta-gotas 2

Os primeiros projetos a ser encaminhados aos deputados serão os menos polêmicos e que, em tese, podem passar sem tropeços intransponíveis pelas comissões temáticas da Casa e pelo plenário. Mas vá lá... o governo se viu obrigado a recuar um tanto nos seus propósitos de aprovar tudo o que queria usando o recurso do "tratoração".

### Conta-gotas 3

Após as manifestações que assustaram o Palácio Iguazu e depois das primeiras reuniões entre o governo e representantes do funcionalismo, ficou acertado que nenhum dispositivo que mexa com direitos (que o secretário da Fazenda define como privilégios) será enviado à Assembleia sem prévio acordo entre as partes. O caminho é democrático e deveria ter sido adotado desde o início.

### Conta-gotas 4

A mais polêmica das propostas adiadas é aquela que dá ao governo o poder de abocanhar R\$ 8 bilhões que estão no caixa da Parana Previdência. O único que pensa que seria uma boa medida é o próprio governo – ninguém mais. Nesse caso, além dos servidores estaduais que terão suas aposentadorias e pensões ameaçadas, seria também importante que fosse levada em consideração a voz da experiência e de especialistas. Esse não é um assunto para amadores.

22 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLÍTICAS

### Conselheiro

Ezequias Moreira, secretário de Cerimonial e Relações Internacionais, tem mais uma função no governo Beto Richa (PSDB). Foi escolhido para o conselho de administração da Sanepar, com mandato até 2016. Ezequias ficou famoso como réu do caso da "sogra fantasma" na Assembleia Legislativa. Seu processo no Judiciário continua tramitando.

Sobre



### Ministério Público Federal

O órgão apresentou na sexta-feira (20) à Justiça cinco ações civis de improbidade administrativa para cobrar R\$ 4,48 bilhões de seis empresas e executivos envolvidos na Lava Jato.

Destaca



### Tribunal de Contas

Em meio ao discurso oficial de austeridade que tomou conta do Paraná, o Tribunal de Contas (TC) decidiu pagar auxílio-moradia a 20 funcionários, entre eles todos os conselheiros. O benefício será de R\$ 4,3 mil mensais.

## COLUNA DO LEITOR

### Auxílio-moradia 1

O auxílio-moradia para os funcionários do Tribunal de Contas é um acinte à população. Quer dizer que o governo estadual está "contando centavos" para honrar a folha de pagamento dos servidores e pagar as dívidas com credores, mas esses senhores – que deveriam zelar pelas contas públicas – concedem a eles mesmos o imoral auxílio-moradia?

André Renato Wenglarek

### Auxílio-moradia 2

Em um estado em que professores, profissionais da saúde, policiais e outros não recebem parte de seus vencimentos, como pode ser aceito esse benefício absurdo?

Evelin Elaine Souza

### Auxílio-moradia 3

Como se o salário dos funcionários do Tribunal de Contas não fosse suficiente para bancar as despesas com moradia. Dá até, em menos de um ano, para comprar um novo imóvel. Já nós, meros mortais, temos que nos virar para ter um teto; e isso recebendo um salário mínimo.

Gleisa Opaloski

## O contribuinte e a Constituição de elástico

**É** notória a falta de discernimento de algumas autoridades que, desprovidas de senso crítico e de compromisso com a nação, mesmo recebendo os mais altos salários da administração pública, arvoram-se no direito de receber os mais inusitados e vergonhosos auxílios e, sem reação alguma por parte da sociedade, passam a exigir valores retroativos.

Há três tipos de agente público hoje no Brasil: o vulnerável, o parcialmente vulnerável e o inatingível. O vulnerável não tem proteção alguma contra investigações e não conta com foro privilegiado. Quando investigado, logo aceita o benefício da delação premiada. O parcialmente vulnerável exerce mandato no Legislativo ou no Executivo e tem direito a foro privilegiado. Se comete ilícitos, basta ao delegado de polícia esperar com a devida paciência que, cedo ou tarde, com raríssimas exceções, ele perderá a "proteção" nas urnas. Será este o momento oportuno para pegá-lo. Já o terceiro tipo é o agente inatingível, modelo que representa a maior ameaça à sociedade, pois é totalmente blindado. Exerce cargos vitalícios. Tem foro privilegiado e, pasme, só pode ser investigado pelos seus próprios pares. Quando flagrado na prática de crime, é aposentado compulsoriamente. Alegando autonomia financeira, alguns grupos promovem as mais abusivas farras com dinheiro público mediante concessão de auxílios alimentação, saúde, moradia e outros, sempre acrescidos da retroatividade, com incidência de juros e correção monetária. Para estes "servidores" jamais existirá crise. Durante as discussões sobre a PEC 37, o Ministério Público inaugurou o entendimento de que a Constituição Federal era feita de elástico e "esticou" a Carta Magna para investigar. A não aprovação da PEC 37, que tratava de garantias, serviu como uma luva para

políticos e administradores de toda espécie, pois esvaziou os protestos de 2013 ao transmitir a falsa percepção de uma grande vitória contra a impunidade e a farra só aumentou.

Com a "vitória", houve promotores que se sentiram mais fortalecidos na sua interpretação elástica da Constituição Federal. Da condição de fiscais da lei, passaram para transgressores em apenas dois passos, ou melhor, dois "auxílios". Primeiro, esticaram a Constituição para aprovar auxílio-alimentação. Mais uma esticada e receberam valores retroativos a 2004. Outra esticadinha e aprovaram o auxílio-moradia, adotado depois pelo judiciário e, agora, também pelo Tribunal de Contas do Estado; em breve, agindo com delinquente oportunismo, esticarão para receber valores retroativos.

No Paraná, a farra do MP só com o auxílio-alimentação de 2012 teve um custo inicial de R\$ 37 milhões. No caso do famigerado auxílio-moradia, os defensores da moralidade e incansáveis caçadores de corruptos não veem problema algum em receber R\$ 4,4 mil por mês dos cofres públicos como pagamento de aluguel da própria casa. É triste saber que o salário de um professor ou policial é menor que o auxílio-moradia de juizes e promotores.

Convém lembrar aos milionários fiscais da lei que, embora a Constituição deles seja de elástico, o bolso do contribuinte não estica e a paciência do povo já pode ser comparada a um fino cordão prestes a arrebentar. Fiscais do pudor com as nádegas à mostra, sem moral para contestar os abusos, escancararam de vez a porteira da farra com dinheiro público. Triste fim para os que se diziam bastiões da justiça e defensores da moralidade.

Claudio Marques Rolin e Silva, pós-graduado em Direito Público e Especialista em Gestão de Segurança Pública, é delegado de polícia e presidente do Sidepol/PR.

22 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

BESSA

## **Juntando interesses**

O presidente da Junta Comercial do Paraná, Ardisson Akel, propôs nesta semana durante reunião com o presidente do Tribunal de Justiça, Paulo Roberto Vasconcelos, o estreitamento das relações entre as duas instituições para o intercâmbio de informações sobre empresas e empresários do estado. A Jucepar recebe por mês uma média de 300 ofícios do TJ com diferentes finalidades. Akel sugeriu que as informações sejam compartilhadas por meio digital para diminuir os custos e o tempo de repasse dos dados solicitados.



A proposta foi acatada.

22 FEV 2015

## GAZETA DO POVO

### **Ministra do TSE nega pedido do PSDB para cassar Dilma Rousseff**

A ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Maria Thereza de Assis Moura negou um pedido feito pelo PSDB no ano passado para cassar o mandato de Dilma Rousseff (PT), reeleita no último pleito presidencial. A decisão, tomada no início do mês, foi divulgada no Diário da Justiça de quarta-feira (18). Como a análise do pedido foi feita unicamente pela relatora, o PSDB ainda pode recorrer ao plenário do Tribunal, o que deve ser feito nos próximos dias. No pedido, a sigla alegou que a campanha de Dilma mentiu no horário eleitoral, manipulou indicadores socioeconômicos, gastou mais que o valor estipulado e recebeu financiamento mediante doações oficiais de empresas envolvidas no esquema de desvios de recursos da Petrobras. Na decisão, a ministra disse que o pedido apresentou fatos de forma genérica e sem a devida comprovação.



22 FEV 2015

## GAZETA DO POVO

# O ministro e as empreiteiras

A mera suspeita de falta de lisura na conduta de um ministro já seria ruim em qualquer situação, mas, dadas as dimensões do petrolão, ela se torna sumamente grave

**A** notícia de que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, andou recebendo advogados de empreiteiras sob investigação na Operação Lava Jato desencadeou uma enxurrada de reações intensas. O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, pediu a demissão do ministro. “Nós, brasileiros honestos, temos o direito e o dever de exigir que a presidente Dilma demita imediatamente o ministro da Justiça”, escreveu no Twitter. O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, assinou nota defendendo Cardozo. “O advogado possui o direito de ser recebido por autoridades de quaisquer dos poderes para tratar de assuntos relativos à defesa do interesse de seus clientes”. O juiz federal Sérgio Moro, que cuida das investigações da Lava Jato, centrou fogo na iniciativa dos advogados e disse ser “intolerável que emissários dos dirigentes presos e das empreiteiras pretendam discutir o processo judicial e as decisões judiciais com autoridades políticas, em total desvirtuamento do devido processo legal”, recebendo o respaldo da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Em um aspecto o presidente da OAB e o próprio Cardozo, ao se defender, têm razão: o ministro é uma autoridade, sua pasta abrange a Polícia Federal e, nessa condição, não há crime ou irregularidade em ser procurado e abrir as portas de seu gabinete às empreiteiras que eventualmente estejam descontentes com a maneira como a PF vem agindo na Lava Jato. É obrigação de cada advogado defender seus clientes, o que é bem diferente de pedir favores ou fazer pressão política.

Realmente importante é saber como o ministro reagiu ao que lhe foi passado: se ouviu demandas razoáveis, ele as atendeu ou as ignorou? Se lhe pediram favores, foram concedidos ou negados? Se recebeu pressão, curvou-se ou resistiu? É aqui que ainda paira um grande mistério — que talvez nunca vejamos desvendado — sobre o que realmente foi dito nesses encontros. Segundo versões publicadas pelo jornal *Folha de S.Paulo* e pela revista *Veja*, o ministro teria afirmado aos advogados: que a Lava Jato sofreria uma reviravolta depois do carnaval; que haveria políticos da oposição citados no inquérito, indicando uma futura pizza; que o governo ajudaria as empreiteiras no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ); e que as empresas não deviam assinar acordos de delação premiada. Se Cardozo realmente fez qualquer uma dessas afirmações aos advogados — o que certamente nenhum dos envolvidos admitiria em público —, terá cometido uma gravíssima irregularidade, seja divulgando informações que até agora são sigilosas, seja interferindo nos rumos da investigação da Lava Jato, e o pedido de Joaquim Barbosa estaria plenamente justificado. Oxalá não tenha sido esse o conteúdo das conversas.

De qualquer forma, ainda que os diálogos tenham sido perfeitamente republicanos, Cardozo cometeu um erro grave, que abre, sim, o flanco para questionamentos à integridade do ministro: esses encontros não constavam da sua agenda pública — como quando recebeu advogados das empreiteiras UTC e Camargo Corrêa — ou constavam de forma enviesada, a exemplo da reunião com representantes da Odebrecht no último dia 5, classificada apenas como “visita institucional”, embora o próprio ministro tenha dito recentemente que o assunto era a Lava Jato. No caso da UTC, a versão dos envolvidos é a de que o advogado Sérgio Renault só apareceu na Esplanada dos Ministérios porque havia combinado um almoço com o ex-deputado petista Sigmaringa Seixas. Como Seixas tinha ido visitar Cardozo, que ponto de encontro seria melhor que a antessala do gabinete do ministro? Para o país aceitar que tudo o que houve foi uma feliz coincidência, seria necessária uma dose cavalaresca de credulidade.

A falta de transparência — que, aliás, não ocorre apenas no caso das reuniões com empreiteiras: levantamento da *Folha de S.Paulo* descobriu que a agenda de Cardozo foi um mistério em mais de um terço do tempo decorrido desde o início da operação contra a rouboalheira na Petrobras — é incontestável. A mera suspeita de falta de lisura na conduta de um ministro já seria ruim em qualquer situação, mas, dadas as dimensões do petrolão e a possibilidade de que as denúncias cheguem aos altos escalões da República, ela se torna sumamente grave. Justamente quando as autoridades precisam colocar ainda mais esforço em conduzir seus assuntos da maneira mais transparente possível, Cardozo não o faz e, quando flagrado, não admite que agiu mal, cometendo um segundo erro ao tentar se desviar do primeiro. Tempos complicados estes, em que o governo embaçou tanto as fronteiras entre o certo e o errado que muitos já nem são capazes de encontrar critérios sólidos de moralidade.

23 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### Auxílio-moradia 1

Essa notícia sobre o auxílio-moradia – agora para funcionários do Tribunal de Contas – assola os brasileiros, mas deve ser lida sob a ótica do Estado Democrático de Direito. Certas pessoas, que exercem cargos públicos, têm o direito de receber abonos, benefícios, e benesses? Feliz ou infelizmente, sim. Seria esse o momento para fazê-lo? Com certeza, não. Mas por que o fazem? Porque os políticos que, teoricamente, “nós” escolhemos, criaram as regras que permitem tal manobra. A culpa no final das contas é nossa. Escolhemos mal, escolhemos por conveniência ou por falta de opção. O momento agora é de pensar no que queremos para o futuro.

Fabio Alexandre Sombrio

### Auxílio-moradia 2

O que nós cidadãos podemos fazer? Estamos passando por uma situação duríssima, enquanto a classe política e outras, que teoricamente deveriam nos apoiar, elevam seus vencimentos com benefícios absurdos. Quem no Brasil tem salário acima dos R\$ 4 mil? E a quantia passa a ser incorporada, simplesmente, como “auxílio-moradia”? Por favor, alguém nos defenda. O nosso país precisa, urgentemente, de um “saneamento”.

Fred Branco

### Auxílio-moradia 3

Não há palavras para descrever a decisão do TC em conceder o auxílio-moradia para os seus membros. Enquanto isso, a Praça Nossa Senhora de Salete está ocupada por servidores. Eles estão organizados para defender direitos históricos e a qualidade dos serviços, mas são chamados de “baderneiros” pelo governador. Como o TC aprova esse absurdo? É preciso rever quem são os “baderneiros”.

Sydnei R. Kempa

### Auxílio-moradia 4

É inacreditável essa notícia sobre o auxílio-moradia. O estado do Paraná passando por dificuldades financeiras, e o Tribunal de Contas legisla em causa própria. Realmente o povo tem que protestar. Temos que mostrar que não iremos admitir essas afrontas.

Carlos Roberto Muniz

23 FEV 2015

➤ FINANÇAS

GAZETA DO POVO

# Grupo criado em 2013 diagnosticou crise do PR

Richa teria sido informado de que o cenário já indicava perspectiva de falta de recursos para o pagamento de pessoal na época

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Um grupo de trabalho da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefa) fez um levantamento das contas da gestão Beto Richa (PSDB) cerca de um ano antes da eleição de 2014. Segundo fonte, o relatório final produzido pela equipe diagnosticou a crise financeira do estado e foi apresentado ao governador, seguido de um plano de pagamento das dívidas com fornecedores. Durante a campanha pela reeleição, Richa defendeu que o caixa estava “em ordem”, o que garantiria um resultado melhor no segundo mandato.

A reportagem solicitou o material à assessoria de imprensa da Sefa, que negou sob a justificativa de que “não há obrigatoriedade de tornar o documento público” e que “as informações são de uso exclusivamente gerencial”. Formalizada na quinta-feira passada, a recusa ocorreu às vésperas do início da tramitação de uma nova versão do pacote de austeridade do governo.

Na contramão da decisão de não divulgar o documento, o atual secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, disse em entrevista à *Gazeta do Povo*, em 13 de fevereiro, que as dificuldades de aprovar as medidas decorreram de “uma deficiência de comunicação”. “Talvez tenha havido uma dificuldade de transmitirmos a situação real que passa o estado”, disse Costa, que assumiu o cargo em janeiro.

O grupo foi criado pela portaria 22 da Sefa, de 15 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial número 9.075. O ato assinado pelo então diretor-geral da secretaria, Clovis A. Rogge, nomeia quatro servidores para o grupo. O objetivo era analisar o fluxo financeiro e previsões de receitas e despesas.

Para cumpri-lo, foram estabelecidas quatro tarefas. A penúltima era analisar a execução dos programas/ações sob a responsabilidade das secretarias, fornecendo informações “a fim de que as devidas correções de ritos e atos sejam adotadas”. A última, “fornecer relatórios e planilhas com as devidas recomendações, bem como informações precisas acerca da execução dos trabalhos, das situações e fatos encontrados e seus resultados”.

O resultado teria sido o mapeamento detalhado de todos os gastos do estado — com informações analíticas de quando, onde e quanto foi

aplicado durante os quase três primeiros anos da gestão Richa. Segundo uma fonte que acompanhou os trabalhos, foram listados todos os contratos com fornecedores, por tipo de contratação (serviço, obra pública, fornecimento de bens, etc.). Junto com o relatório final, Richa teria sido informado de que a situação já indicava a perspectiva de falta de recursos para o pagamento de pessoal.

Em dezembro daquele ano, o governo enfrentou dificuldades para pagar o 13.º salário do funcionalismo. Em janeiro de 2014, a então secretária de Fazenda, Jozélia Nogueira, tornou público que a dívida com fornecedores era de R\$ 1,1 bilhão. O número contrastava com o dado posterior de que, na comparação com as 27 unidades da federação, o Paraná foi a que teve o maior aumento de receita corrente líquida, entre dezembro de 2010 e abril de 2014.

**CONTINUA**

23 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### TRANSPARÊNCIA

#### Gazeta ingressou com pedido via Lei de Acesso

No mesmo dia (19) em que a assessoria de imprensa da Sefanegou a divulgação do relatório do grupo de trabalho criado em 2013, a reportagem realizou um novo pedido, com base na Lei de Acesso à Informação à Controladoria-Geral do Estado. Pela lei, o prazo máximo para a resposta é de 20 dias, que pode

ser prorrogado por mais 10, se houver justificativa expressa. No entanto, caso a informação esteja disponível (como é o caso de um documento pronto), deve ser entregue imediatamente. Na sexta-feira (20), a informação que constava do Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias era de que a solicitação havia sido encaminhada à Sefa.

O artigo 4º do decreto que regulamentou a lei no Paraná as-

segura ao cidadão os direitos de obter "informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados, por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos". O texto também descreve como informação sigilosa apenas "aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado". (AG)

### PENTE-FINO

Confira detalhes do grupo de trabalho criado em 2013:

**Súmula:** Instituir no âmbito da SEFA Grupo de Trabalho para análise do fluxo financeiro e previsões de receitas, despesas e orçamento.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e conforme o contido no artigo 13, inciso II e V, do Regulamento aprovado pelo Decreto 2838 de 15 de janeiro de 1997,

#### RESOLVE:

Art. 1º Instituir no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda grupo de trabalho com o objeto de analisar o fluxo financeiro e previsões de receitas, despesas e do orçamento do Estado.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - realizar levantamento de dados junto às unidades das Secretarias de Estado e junto ao sistema financeiro e orçamentário;

II - definir os elementos que comporão os relatórios gerenciais;

III - analisar a execução dos programas/ações sob a responsabilidade das Secretarias, identificando a sua real situação, fornecendo informações, a fim de que as devidas correções de ritos e atos sejam adotadas;

IV - fornecer relatórios e planilhas com as devidas recomendações, bem como informações precisas acerca da execução dos trabalhos, das situações e fatos encontrados e seus resultados.

Art. 3º O grupo de trabalho ficará vinculado à Diretoria Geral - DG e será composto pelos seguintes servidores:

I - Marlon Jorge Liebel, RG nº 4.333.701-7, SEFA/PR;

II - Marlene de Souza Strada, RG nº 6.585.701-4, SEFA/PR;

III - Maurílio, RG nº, DER;

IV - Ageo Veng, RG nº 5.353.626-1.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Curitiba, 15 de outubro de 2013.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

23 FEV 2015

## GAZETA DO POVO

### **Ex-presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso é preso**

O ex-presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso José Riva (PSD) foi preso no sábado (21) em operação que investiga o desvio de R\$ 60 milhões por meio de licitações fraudulentas. Riva foi abordado em casa por membros da Polícia Civil, Militar e Ministério Público e, segundo os órgãos, não apresentou resistência. Em nota, o Gaeco (grupo de combate ao crime organizado composto pelas polícias e MP) disse que a prisão temporária foi decretada pela "prática reiterada de crimes" e pela "gravidade" deles. Na última semana, o Ministério Público ofereceu denúncia à Justiça contra o ex-deputado e mais 14 pessoas – entre elas, Janete Riva, mulher dele. Segundo o órgão, o ex-presidente fez aquisições falsas em cinco supostas empresas de fachada do ramo de papelaria. Uma dessas empresas, diz a denúncia, vendeu em um ano 30.000 toners de impressoras à Assembleia Legislativa. A defesa de Riva nega as acusações.

21 FEV 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

**Improbidade.** As cinco primeiras ações cíveis da Lava Jato foram protocoladas ontem na Justiça Federal; o Ministério Público imputa responsabilidade a seis grupos econômicos do cartel e 28 executivos e pede que as empresas sejam proibidas de contratar com governos

# Procuradoria cobra R\$ 4,5 bilhões de empreiteiras por desvios na Petrobrás

Fausto Macedo  
Ricardo Brandt  
Julia Affonso  
Mateus Coutinho

O Ministério Público Federal pediu na Justiça que seis empreiteiras acusadas da prática de cartel na Petrobrás sejam condenadas a pagar quase R\$ 4,5 bilhões por atos de improbidade administrativa entre 2004 e 2012 – período em que foram identificados pagamentos de propina a agentes públicos em 33 contratos da estatal, com repasses que se estenderam até 2014.

O pedido, protocolado ontem na Justiça Federal no Paraná, faz parte do primeiro pacote de ações ajuizadas pela força-tarefa da Operação Lava Jato na área cível, imputando responsabilidade também às empresas do cartel. Até agora, apenas executivos das construtoras respondiam criminalmente.

São alvo dessas primeiras cinco ações de improbidade as empresas Camargo Corrêa, Sanko, Mendes Júnior, OAS, Galvão Engenharia e Engevix, empresas subsidiárias ou ligadas a elas, 28 executivos e o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa.

Para cada grupo econômico, a força-tarefa pede condenação

ao pagamento de valores relativos a danos causados à estatal, acrescidos de multa a título de indenização. Ao todo, eles são acusados de repassarem, aproximadamente, R\$ 960 milhões em propina em 33 contratos para obras em refinarias nos Estados de Pernambuco, Rio, São Paulo e Minas, firmados no período com a Diretoria de Abastecimento – cota do PP no esquema de corrupção na Petrobrás.

Não estão incluídos nos pedidos de condenação os valores do percentual de 2% que eram destinados à Diretoria de Serviços – cota do PT – nos mesmos contratos feitos pela área de Abastecimento.

Conforme relataram os delatores da Lava Jato, por controlar as licitações e fiscalizações de contratos, a Diretoria de Serviços, por meio do ex-diretor Renato Duque, tinha 2% do valor de contratos das demais diretorias da estatal.

**Proibição.** As cinco ações trazem as primeiras medidas efetivas de pedido de punição para as empreiteiras investigadas pela Lava Jato. Os procuradores da força-tarefa pediram que as construtoras sejam proibidas de contratar com o poder público e impedidas de receberem benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Até agora, apenas os executivos dessas empreiteiras eram alvo de processo criminal, por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa. Agora, caso a Justiça decida abrir processo, as empresas serão consideradas réus da Lava Jato. Também não estão incluídos nessas ações os pedidos de ressarcimento pelo superfaturamento nas obras, decorrente das fraudes em licitações.

Como os processos correm agora na área cível, não há prerrogativa de foro privilegiado, a exemplo do que ocorre na esfera criminal – onde só as cortes superiores podem investigar e julgar autoridades e políticos.

**Benefício.** O ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa também foi acusado pelos atos de improbidade, mas isento do pagamento dos valores. “O ex-diretor não está incluído nos pedidos de condenação em razão do acordo de colaboração firmado”, informou a Procuradoria da República no Paraná.

“(Costa) Se comprometeu a devolver recursos mantidos no exterior e no País, comprometeu-se a arcar com a indenização cível, bem como a relatar todos os ilícitos de que tinha conhecimento relacionados aos fatos investigados”, justifica a Procuradoria.

CONTINUA

21 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

As ações de improbidade são o desdobramento na área cível dos crimes denunciados em dezembro, em que empresas do cartel foram acusadas de pagar propina para dirigentes da Petrobrás. Por meio de indicações políticas feitas pelo PT, PMDB e PP, esses agentes cobravam de 1% a 3% do valor “de contratos bilionários, em licitações fraudulentas”.

As ações iniciais foram distribuídas para uma vara federal cível da Justiça Federal no Paraná, ou seja, não ficarão sob o crivo do juiz Sérgio Moro, que conduz todas as ações penais da Lava Jato. No âmbito criminal, os réus já foram denunciados por organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro nacional.

### Ações citam propina de R\$ 640 mi para área de Serviços

● A propina para a Diretoria de Serviços da Petrobrás – cota do PT no esquema de corrupção – em contratos que eram da área de Abastecimento alcançou R\$ 640 milhões. É o que aponta o primeiro pacote de cinco ações cíveis por improbidade da Lava Jato. A área de Serviços era dirigida por Renato Duque. Ele nega ter recebido propinas.

As ações revelam pagamento de R\$ 960 milhões para agentes públicos da Petrobrás em 33 contratos assinados por Paulo Roberto Costa, na Diretoria de Abastecimento. Como o primeiro lote de ações cíveis engloba apenas a cobrança pelos desvios gerados a partir de contratos dessa área – cota do PP –, as ações da Procuradoria consideraram a propina que dizia respeito ao 1% que o partido tinha “direito” no esquema. Outros 2% eram arrecadados pela Serviços.

## Empresas dizem desconhecer teor das acusações

As seis empresas acusadas de improbidade administrativa pela Procuradoria da República nas ações cíveis protocoladas ontem na Justiça Federal no Paraná afirmaram que ainda não foram notificadas.

A Construtora OAS afirmou que refuta “veementemente” as alegações do Ministério Público Federal. “Quando for notificada da ação, irá defender-se nos termos da lei.”

Procurada pela reportagem, a Camargo Corrêa disse que não foi citada na referida ação e desconhece seu teor. “Assim que houver possibilidade de defesa, a companhia apresentará sua contestação às acusações.”

Ao Estado, a Galvão Engenharia informou que os pagamentos feitos resultaram de extorsão e concussão, mediante ameaça de retaliações nos contratos em vigor. Afirmou ainda que não há correlação de datas nem de valores extorquidos com a assinatura de contratos. Sobre as ações de improbidade, a empresa alegou que não houve notificação e a empresa não iria se pronunciar.

A construtora Mendes Júnior informou que não foi notificada com relação à citada ação do Ministério Público Federal.

A Engevix afirmou que assim que for notificada, tomará as devidas providências por meio de seus advogados.

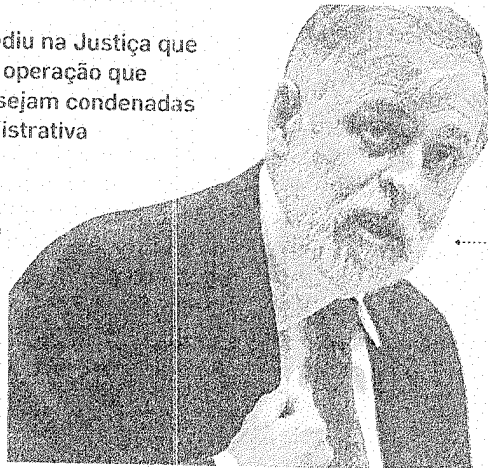
Em nota, o Grupo Sanko-Sider anotou que a empresa não recebeu até o momento qualquer citação e foi informada apenas pelo noticiário de imprensa. “Não pode, portanto, avaliar o conteúdo da ação, já que desconhece o seu inteiro teor”, afirmou o Grupo Sanko-Sider, por meio de sua assessoria de imprensa.

**Insumos.** O grupo Sanko resalta que “não é empreiteira, vende insumos, tubos, conexões e flanges, atende apenas empresas privadas e não fez vendas diretas à Petrobrás”.

“Fundamental recordar, ainda, que em todos os depoimentos prestados pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa (*primeiro delator da Operação Lava Jato*), seja no âmbito da delação premiada, junto ao Ministério Público Federal, à Justiça Federal, Polícia Federal, CPMI, este afirmou e reafirmou inúmeras vezes não ter recebido qualquer centavo ilícito da Sanko-Sider”, assinala a assessoria de imprensa. / J.A., R.B. e F.M.

CONTINUA

Ministério Público Federal pediu na Justiça que 6 empreiteiras investigadas na operação que apura corrupção na Petrobrás sejam condenadas por atos de improbidade administrativa



Paulo Roberto Costa também foi acusado pelos atos de improbidade, mas isento do pagamento de valores em razão do acordo de delação premiada firmado com a força-tarefa da Lava Jato

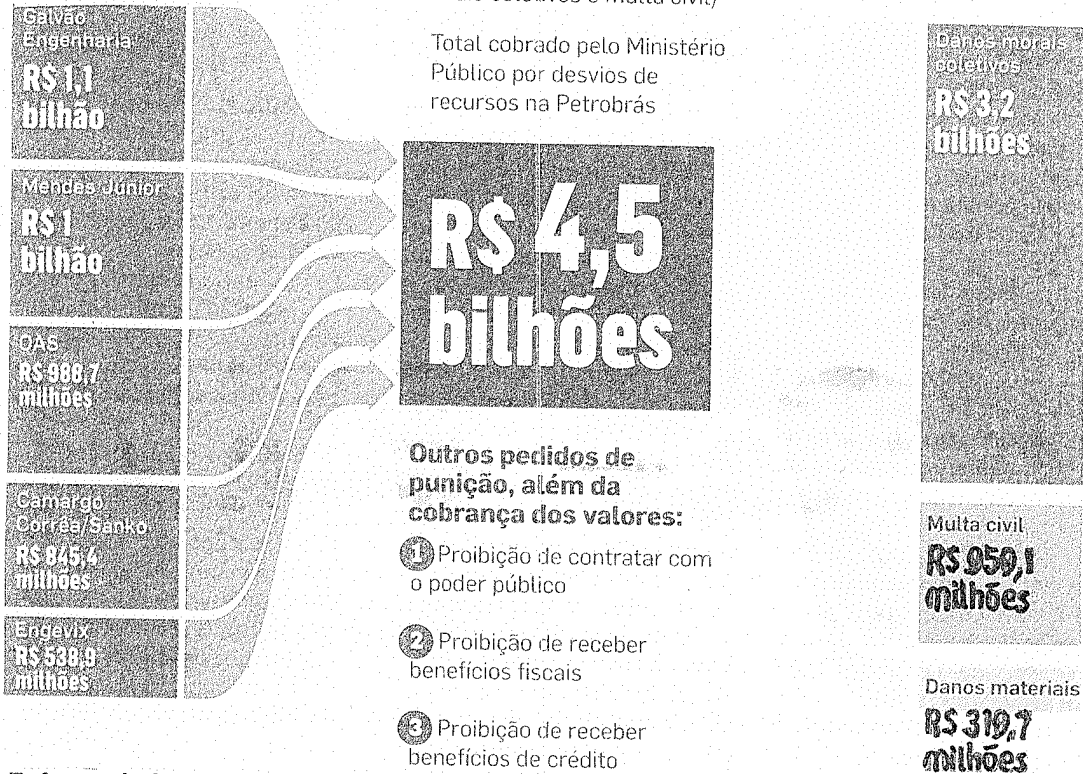
### 5 AÇÕES DE IMPROBIDADE

Referem-se, segundo a Procuradoria, ao pagamento de propina pelas empresas ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa



### Valor cobrado para devolução

(Considerando danos materiais, danos morais coletivos e multa civil)



### Esfera criminal

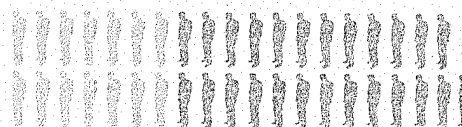
### 18 AÇÕES PENAIS

Além das ações de improbidade, estão em curso na Operação Lava Jato processos criminais contra envolvidos no esquema de corrupção e desvios na Petrobrás

### 6 AÇÕES PENAIS



ABERTAS NA 7ª FASE DA LAVA JATO (NOVEMBRO DE 2014), QUE MIRAM NAS EMPREITEIRAS SUSPEITAS DE CARTEL



25 **alvos** são executivos e funcionários de empreiteiras

### 12 AÇÕES PENAIS

estão em tramitação na Justiça Federal no Paraná desde o início da Lava Jato, em março de 2014



ABERTAS NAS FASES ANTERIORES DA LAVA JATO QUE MIRARAM NOS DOLEIROS SUSPEITOS DE PARTICIPAÇÃO NO ESQUEMA DE CORRUPÇÃO E DESVIOS NA ESTATAL

## CONTINUA



21 FEV 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

# Procurador defende 'inverter custo e benefício' da corrupção

Para Deltan Dallagnol, que coordena força-tarefa da Lava Jato, empresas corrompem porque as vantagens são maiores

O coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, procurador da República Deltan Dallagnol, avalia que "a corrupção pode ser vista como uma decisão embasada em custos e benefícios". Para ele, "empresas corrompem porque os benefícios são maiores do que os custos". "Devemos inverter essa fórmula", disse o procurador.

Dallagnol e mais oito procuradores subscrevem as cinco ações de improbidade administrativa propostas ontem à Justiça Federal no Paraná, base da Operação Lava Jato, contra seis grupos econômicos e 28 executivos por danos à Petrobrás.

Em sua avaliação, as ações "materializam a convicção do Ministério Público Federal de que todos, numa República, devem ser punidos igualmente, na proporção da gravidade de seus atos e culpas".

As afirmações do procurador foram divulgadas no site da Procuradoria-Geral da República. Dallagnol destaca que os atos de improbidade administrativa praticados pelo cartel das empreiteiras na Petrobrás foram "escolhas racionais".

**'Sequelas'.** Para o coordenador da força-tarefa, "uma punição exemplar é essencial para que passe a ser vantajoso manter distância de práticas corruptas". "As sequelas são gravíssimas e se revelam, dentre outros aspectos, pela comoção social e descrédito que os atos ímprobos geraram nas instituições republicanas e pela já corróida imagem do País no exte-

#### ● **Custo-benefício**

"Empresas corrompem porque os benefícios são maiores do que os custos. Devemos inverter essa fórmula"

**Deltan Dallagnol**

PROCURADOR DA REPÚBLICA  
E COORDENADOR DA  
FORÇA-TAREFA LAVA JATO

rior, esta sempre atrelada à corrupção", alerta o coordenador da Operação Lava Jato.

No corpo das ações, o procurador Deltan Dallagnol argumenta que "as quantias desviadas pelo corruptos e corruptores para satisfação de interesses não republicanos acarretam, ainda que indiretamente, prejuízos ao atendimento de necessidades primárias da sociedade brasileira, que clama por melhores condições de educação, saúde, segurança e estrutura de higiene sanitária".

"Corrupção de valores estratoféricos como a que é objeto desta ação constitui uma profunda violação dos direitos fundamentais individuais e sociais mais básicos que o Estado de Direito deve tutelar", adverte o procurador federal.

Para ele, "trata-se de um verdadeiro atentado contra os direitos humanos".

Deltan Dallagnol e seus pares ponderam que "a corrupção, traiçoeira e silenciosa, tais como os crimes contra a vida, mata, todavia em condições mais avassaladoras, porque espalha seus efeitos nefastos de forma sistêmica e difusa para todas as regiões do País e a todos os setores da sociedade a um só tempo". /R.B., J.A. e F.M.

21 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça do Distrito Federal bloqueia bens de Agnelo

Ex-governador e outras quatro pessoas são alvo de ações por improbidade em eventos esportivos em Brasília; total congelado chega a R\$ 37 milhões

Talita Fernandes | BRASÍLIA

O juiz Álvaro Ciarlini, da 2.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, determinou o bloqueio imediato de R\$ 37 milhões em bens do ex-governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PT-DF) e de outras quatro pessoas. A decisão, concedida ontem, é decorrente de duas ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público do DF relacionadas à realização de eventos esportivos em Brasília.

Além de Agnelo, tiveram os bens bloqueados a ex-presidente da Terracap (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal) Maruska Lima de Souza Holanda, o ex-secretário de Publicidade Institucional Carlos André Duda, o ex-chefe da Assessoria de Comunicação da Terracap Sandoval de Jesus Santos e o ex-diretor financeiro da Terracap Jorge Antônio Ferreira Braga. O bloqueio incide sobre a pessoa física e as empresas das quais os réus sejam sócios.

A decisão do juiz é liminar e, portanto, ainda cabem recursos. O pedido de bloqueio foi feito pelo Ministério Público a fim de evitar que os réus se desfaçam dos bens durante o andamento da investigação, o que poderia prejudicar um eventual ressarcimento dos cofres públicos caso eles venham a ser condenados.

**Autódromo.** O MP apura a prática de improbidade na realização de eventos esportivos em Brasília, entre eles, da etapa brasileira do campeonato mundial de Fórmula Indy, que envolveu a reforma do autódromo Nelson Piquet e a contratação de serviços. Segundo o órgão, o ex-governador firmou contratos desres-

o Valores

**R\$ 37 mi**

é o total em bens bloqueados do ex-governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz (PT) e de outras quatro réus em duas ações de improbidade administrativa

**R\$ 30 mi**

é o sobrepreço apontado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal nas obras da reforma do autódromo Nelson Piquet, em Brasília

peitando a Lei de Licitações. Agnelo teria se comprometido a pagar US\$ 15,9 milhões à Rádio e TV Bandeirantes para divulgação e transmissão do evento, que acabou sendo cancelado no início do ano por falta de recursos.

Além disso, é questionada a reforma do autódromo Nelson Piquet. Um parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal aponta sobrepreço de cerca de R\$ 30 milhões nas obras. “Em que pese o ocorrido, o intento do então governador em prosseguir com o evento não foi abalado, mesmo diante da declaração da Corte de Contas a apontar o caráter antieconômico da realização desse evento”, cita o documento.

Ao conceder a liminar que bloqueia os bens do ex-governador, o juiz destacou “os elementos de prova e os indícios trazidos a exame nos autos são suficientemente consistentes”. Ciarlini disse ainda que “a situação jurídica em análise mostra-se estarrecidora neste primeiro olhar”.

O advogado Paulo Guimarães, que defende Agnelo, afirmou que ainda que não recebeu a notificação da Justiça. “O (ex-)governador, tão logo tenha conhecimento do inteiro teor da decisão, vai tomar as providências para análise para interposição do recurso cabível”, disse Guimarães. Segundo o advogado, o ex-governador tem afirmado que “todos os atos envolvendo a Fórmula Indy foram cobertos de inteira legalidade”.

21 FEV 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça Federal do Rio abre nova ação penal contra Eike Batista

Dessa vez, empresário é acusado de manipulação de mercado e uso de informação privilegiada em relação à OSX

*Mariana Durão*

O empresário Eike Batista se tornou réu em uma nova ação penal na Justiça Federal do Rio. Dessa vez, o fundador do grupo X é acusado de manipulação de mercado e uso de informação privilegiada na negociação de ações da OSX, sua empresa de construção naval. A denúncia feita no ano passado pela procuradora da República em São Paulo, Karen Kahn, foi aceita pelo juiz titular da 3ª Vara Federal Criminal, Flávio Roberto de Souza, após ratificação do Ministério Público Federal (MPF) fluminense.

O processo envolve supostas irregularidades na venda de ações da companhia em abril de 2013. Segundo o MPF, o empresário se desfez dos papéis poucos dias após uma reunião que definiu um novo plano de negócios para a companhia, prevenindo uma série de cortes de custos e investimentos. As informações causaram queda significativa do valor das ações da empresa mas só foram comunicadas ao mercado em maio. Eike Batista já responde a uma outra acusação pelos mesmos crimes, mas em relação à petroleira OGX.

De acordo com o magistrado, a decisão foi publicada antea-tempem e a defesa do empresário tem dez dias para se manifestar. Flávio Roberto de Souza sofre um processo de suspeição, em que os advogados pedem seu afastamento da ação penal referente a crimes financeiros na OGX. O recurso está sendo analisado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, que

### o Acusação

Eike também é alvo de uma denúncia em que ele e outros sete executivos do grupo X são acusados por três crimes: formação de quadrilha, falsidade ideológica e indução do investidor a erro.

já deu dois votos a favor da substituição. Diante disso, o juiz optou por abrir um novo processo e não unir as duas ações.

“A suspeição atinge apenas um processo. Mesmo que acolhida, o caso (da OGX) continua na 3ª Vara Criminal, mas com o juiz substituto Vitor Valpuesta”, explicou Souza. Todas as medidas cautelares assinadas por ele, como o bloqueio e apreensão de bens de Eike, de seus filhos e da ex-mulher, Luma de Oliveira, continuam mantidas. Já a nova ação penal continuaria sendo conduzida pelo juiz titular.

**Petroleira.** Além da denúncia por uso de informação privilegiada e manipulação de mercado na OSX, há duas denúncias relativas ao caso X encaminhadas à Justiça do Rio pelo MPF de São Paulo e ainda pendentes de análise por Souza. Em uma delas, Eike e outros sete executivos são acusados por três crimes: formação de quadrilha, falsidade ideológica e indução do investidor a erro – crime financeiro previsto na lei do colarinho branco.

Segundo o MPF, os crimes foram praticados entre 2009 e 2013, desde a entrada da OGX na Bolsa. Na outra, três ex-gestores da OGX são acusados por crimes contra o mercado de capitais.

Corre ainda em segredo de Justiça um inquérito da Polícia Federal que investiga a possível prática de lavagem de dinheiro e evasão de divisas por Eike. Houve quebra de sigilos fiscal e bancário em busca de provas, mas ainda não há ação penal aberta. Segundo Souza, a PF apurou que foi feita uma remessa de R\$ 1 bilhão ao exterior pelo empresário.

“Os advogados alegam que a remessa foi feita para pagar uma dívida, mas isso ainda precisa ser comprovado”, informou o juiz.

21 FEV 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

# MPE cria núcleo para apurar mortes cometidas por policiais

Medida atende a pedido do movimento Mães de Maio, grupo de parentes de mortos em ações após ataques do PCC em 2006

*Bruno Ribeiro*

O Ministério Público Estadual decidiu criar um núcleo específico para analisar e denunciar casos de policiais que assassinaram civis em serviço no Estado de São Paulo. Esses casos, levados a júri popular, até agora eram distribuídos entre as diversas promotorias do júri do Estado.

A medida é uma determinação do procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, que atendeu a pedido do movimento Mães de Maio – um grupo formado por parentes de pessoas mortas em casos ainda não esclarecidos durante as reações das forças de segurança aos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), em maio de 2006.

Só no ano passado, a Polícia Militar matou 694 pessoas, em casos registrados como decorrentes de confrontos. No mesmo período, 12 PMs morreram em serviço, também assassinados por criminosos.

A promotora de Justiça Paula Figueiredo, da Promotoria de Direitos Humanos da capital, é quem cuidará dos casos. A assessoria de imprensa do MPE informou que ela preferia não dar entrevistas por ora, enquanto não começassem os trabalhos.

**Comissão.** O anúncio da centralização dos casos foi feito ontem à tarde, na Assembleia Legislativa do Estado, por Débora Maria da Silva, de 55 anos, fundadora das Mães de Maio, durante instauração da Comissão da

Verdade da Democracia, que leva o nome da organização.

A comissão pretende esclarecer mortes atribuídas a policiais militares no período posterior a 1988, seguindo os moldes da Comissão da Verdade que investigou mortes e desaparecimentos ocorridos no País durante a ditadura militar.

A nova comissão deverá formar grupos temáticos para investigar desde torturas ocorridas na Fundação Casa a casos de crimes contra mulheres e, especificamente, contra jovens negros nas periferias. A consultoria será da Comissão Nacional de Anistia, da Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos, do Ministério da Justiça, e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República – que cederam acadêmicos para sistematizar os estudos e auxiliar os grupos de trabalhos da nova comissão.

“É comum que se diga que as polícias herdaram práticas da ditadura militar, mas ainda não há estudos que demonstrem isso”, disse Dario de Negreiros, integrante da Comissão de Anistia que participará dos trabalhos em São Paulo.

“Se a ditadura militar acabou, as práticas da Polícia Militar não podem ser iguais até hoje”, afirmou Débora Maria, que se emocionou várias vezes na cerimônia de abertura da comissão. Ela disse não se preocupar com eventuais atritos ocorridos com policiais e políticos identificados com a chamada “bancada da bala”. “Nós os enfrentamos na rua, não será na Casa do Povo que vamos recuar”, afirmou a militante.

21 FEV 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

### Ayres Britto estreia como articulista do 'Estado'

Ex-presidente do Supremo, autor de livros jurídicos e de poesias, passa a escrever artigos no quarto domingo de cada mês

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto passa a integrar o time de articulistas da página A2 do **Estado**. A partir de amanhã, o ex-ministro estreia sua participação mensal. Os artigos de Ayres Britto serão publicados no quarto domingo de cada mês.

O ex-presidente do Supremo tem sua carreira marcada pela atuação na advocacia, na magistratura e no meio acadêmico. Ayres Britto chegou ao STF em abril de 2003, indicado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a vaga de Ilmar Galvão.

No Supremo, foi relator de julgamentos emblemáticos como o da descriminalização do aborto de anencéfalos, em 2011, e o do reconhecimento da união homoafetiva, em 2012. Ayres Britto ocupou a presidência da Corte de abril a novembro de 2012, deixando o cargo com a aposentadoria compulsória, aos 70 anos. Durante sua gestão, teve início o julgamento do mensalão, em agosto daquele ano.

Natural de Propriá (SE), cursou direito em Sergipe, onde atuou na advocacia, no meio acadêmico e em cargos públicos, como os de consultor-geral do Estado, procurador-geral de Justiça e procurador do Tribunal de Contas do Estado. Entre 1993 e 1994, foi conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e membro de Comissão de Estudos Constitucionais da entidade por dois mandatos.

Ayres Britto também é conhecido por estudar filosofia e escrever poesias. É membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Sergipana de Letras.

É autor de obras literárias como *Teletempo*; *Um lugar chamado luz*; *Uma quarta de farinha*; *A pele do ar*; *Varal de Borboletas* e *Ópera do Silêncio*. Na área jurídica, Ayres Britto escreveu *Teoria da Constituição*; *O Perfil Constitucional da Licitação*; *Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais* (coautoria); *Jurisprudência Administrativa e Judicial em Matéria de Servidor Público* e *O humanismo como categoria constitucional*.

O ESTADO DE S. PAULO

CARLOS AYRES BRITTO

22 FEV 2015

## O Decreto 8.243

### e a sociedade civil

**C**idadania não é uma palavra qualquer. É uma figura de Direito. Uma superfigura de Direito, em verdade, pois embutida no rol dos “fundamentos” da República Federativa do Brasil. Está ali no inciso II do artigo 1.º da Constituição, garbosamente perfilada entre os “Princípios Fundamentais” (Título I) do nosso Estado. Seu preciso significado é este: qualidade do cidadão. E cidadão é o habitante da cidade. Da “cidade-Estado” que, na Grécia antiga, era chamada de pólis.

Pronto! O link vai tomando corpo: cidadania é qualidade do cidadão e cidadão é o habitante da cidade como espaço das relações primárias entre governantes e governados. Os governantes a representar a pessoa jurídica do Estado, os governados a “presentar” (Pontes de Miranda) a difusa ou não personalizada instância da sociedade civil. Cada um desses governados a encarnar a referida figura do cidadão. Mas não de um cidadão *aquoso* e, nessa medida, tão insípido, inodoro e incolor quanto a água potável que deu de faltar nos lares brasileiros. Ao contrário, cidadão como integrante orgânico ou militante ou engajado da sociedade civil perante o Estado. Envolvido com o dia a dia da população, portanto.

Daqui se deduz que o típico do cidadão é se interessar por tudo o que é de todos. Sempre na perspectiva de servir ao todo social mesmo. O cidadão como símbolo da pessoa altruísta ou de alguém que *veste a camisa* da sociedade. Alguém que faz viagem de alma, e não viagem de ego. Tão socialmente participativo que no “Século de Péricles” (440-404 a.C.) se chegava a dizer: “Sou livre porque parti-

**Temo pelo pássaro da cidadania a trocar o voo pelo saltitar na gaiola dos conselhos populares**

cipo”. E não “participo porque sou livre”, como atualmente se fala. O que pressupõe a mais desembaraçada busca de informações sobre os negócios públicos para que, num segundo momento, o cidadão já se posiciona mais conscientemente como soberano (a soberania popular é o segundo fundamento da República, nos termos do inciso I do citado artigo 1.º e da cabeça do artigo 14 da Magna Carta federal). É como soberano que ele vai protagonizar o voto direto e secreto, a iniciativa popular de lei, o plebiscito e o referendo (cabeça e incisos do mesmo artigo 14).

É sob esse entendimento jurídico de cidadania que a nossa Constituição volta muitas vezes ao tema. E volta em sentido afirmativo ou de forte prestígio. Para fazer da cidadania um mecanismo de fiscalização, controle e acionamento do poder. Um necessário instrumento de cobrança, denúncia, representação, queixa... e também de colaboração, claro! O cidadão a vitalizar o lema de que “o preço da liberdade é a eterna vigilância” (frase que ninguém sabe ao certo se de autoria de Thomas Jefferson ou Stuart Mill). Ele totalmente livre para se informar, vigiar e cuidar, seja por conta própria, seja requestando as autoridades. Mas sempre do lado de fora do Estado, porque ver o Estado a partir dele mesmo é ter a vista embaçada. O olhar anuviado de quem é observador e parte ao mesmo tempo. Não assim com o cidadão enquanto agente exógeno perante ele, Estado, de sorte a poder

assumir-se como um pássaro solto na amplidão dos seus personalíssimos cuidados para com a pólis. “Livre, leve e solto” (Nelson Motta), inclusive para impedir que o atávico sono da nossa “pátria mãe tão distraída” venha a colocá-la no despenhadeiro das mais “tenebrosas transações” (Chico Buarque).

Assim é que se explica, por ilustração, o seguinte catálogo de normas constitucionais: os incisos XXXIII e LXXIII do artigo 5.º, este a criar o mecanismo da “ação popular” e aquele a consagrar o direito de “receber dos órgãos públicos informações de (...) interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”; o § 3.º do artigo 37, remetendo à lei “as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta”, de maneira a que sejam especialmente regulados “as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral” (inciso I), “o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo” (inciso II), assim como “a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública” (inciso III), o inciso IV do § 2.º do artigo 58, que insere nas competências das comissões técnicas do Congresso Nacional e de suas Casas “receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas”; o § 2.º do artigo 74, que faz de qualquer cidadão “parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”.

**CONTINUA**

22 FEV 2015

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Bem, cheguei aonde queria chegar: o Decreto Executivo federal n.º 8.243, de 23 de maio de 2014, que me parece equivocado quanto aos conceitos constitucionais de cidadania e sociedade civil. E porque equivocado, traz uma e outra para dentro da União. Busca integrá-las à estrutura do poder, para que elas atuem mais e mais ali na própria ossatura orgânico-administrativa da nossa pessoa federada central. Ora no interior desse ou daquele órgão, ora como parte dessa ou daquela comissão, ora na intimidade estrutural desse ou daquele conselho... e por aí vai. Mistura de papéis que mal disfarça duas coisas: a imperial liderança do Estado em face dela, sociedade civil, e o recolocar da altaneira figura do cidadão na subalterna condição de súdito. Isso porque, assim postadas do lado de dentro dos aparelhos de Estado, a sociedade civil e a cidadania não têm o que fazer senão ver quebrantadas ainda mais as suas forças e facilitado o que em tais aparelhos é histórico lugar-comum: *botar as mangas de fora*. Esse mesmo Estado que, no Brasil, chegou antes da sociedade e até hoje não a reconhece como a única razão de ser da sua jurídica existência. Estado que demora demais a entender que os súditos da sepultada monarquia têm o direito de se transformar nos cidadãos da República finalmente partejada.

Temo pelo pássaro da cidadania a trocar o voo pelo saltitar na gaiola dos conselhos populares ou coisa que o valha.

●  
MESTRE E DOUTOR EM DIREITO  
CONSTITUCIONAL PELA PUC-SP,  
MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS JURÍDICAS,  
FOI PRESIDENTE DO TSE E DO STF

22 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Polícia agora tem de levar preso a juiz em 24 horas

Legalidade das audiências de custódia instituídas pelo Tribunal de Justiça é questionada; medida começa a valer na terça-feira

Marcelo Godoy

As audiências de custódia – criadas para garantir a apresentação em 24 horas de quem é preso em flagrante a um juiz – enfrentam resistências entre delegados, promotores e até de desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). A menos de uma semana de seu início, uma decisão da 11.ª Câmara Criminal questionou a legalidade do ato da Presidência e da Corregedoria do TJ-SP que as instituiu.

“O referido ato é de duvidosa constitucionalidade, visto que o Estado não pode legislar sobre processo penal”, afirmou o desembargador Salles Abreu ao negar, no dia 11, um habeas corpus a um acusado que queria ser posto em liberdade por não ter tido o direito à audiência de custódia. Dias antes, a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) entrara no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) questionando a legalidade da medida.

É para garantir sua realização que cerca de 50 juizes, promotores e defensores e funcionários do TJ-SP começarão a realizar as audiências no dia 24, no Fórum Criminal da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo.

Na audiência, o magistrado verificará se a prisão em flagrante é necessária. Poderá mantê-la ou impor outra medida cautelar ao acusado, como o uso de tornozeleira eletrônica. Ninguém ficará sem advogado.

Quem não tiver dinheiro receberá um defensor público.

Em caráter experimental, a medida valerá para as prisões em flagrante na área da 1.ª e da 2.ª Delegacias Seccionais, responsáveis pelo centro e parte da zona sul, respectivamente. Polícia e Justiça estimam que até 35 casos por dia passarão no começo pela audiência de custódia. Em 2014, aconteceram em média 76 prisões em flagrante que mandaram 93 adultos para a cadeia por dia em São Paulo.

Hoje, presos que não têm advogado podem ficar meses sem assistência jurídica para pedir liberdade provisória, prisão domiciliar ou mesmo a revisão do valor da fiança. A Justiça, por sua vez, quando solta um acusado, não tem como fiscalizá-lo ou verificar se ele foi vítima de maus-tratos na delegacia.

Agora, em vez de levar o preso ao Instituto Médico-Legal e, depois, à cadeia, o policial civil vai conduzir o acusado à Justiça, onde ele será examinado por médicos-legistas, ouvido pelo juiz e, caso a prisão seja mantida, enviado a um presídio.

**Custo.** “Além de garantir direitos, o sistema vai desonerar a Segurança Pública, reduzindo pela metade as viagens feitas pelos presos”, disse o secretário da Segurança, Alexandre de Moraes. Ele acredita que o uso de tornozeleiras eletrônicas poderá permitir controle maior daqueles acusados que são soltos. “O governador (Geraldo Alckmin) autorizou a compra de até 20 mil.”

Elas devem ser entregues, segundo o TJ, em até 60 dias.

Presidente do TJ-SP, o desembargador José Renato Nalini preparou uma equipe de nove juizes do Departamento de Inquérito Policiais (Dipo), coordenados pelo juiz Antonio Maria Patiño Zorz, para fazer as audiências das 9 horas às 19 horas. “Quem for preso no fim de semana será levado ao juiz na segunda”, disse Zorz. Nalini estima que a medida diminuirá o número de presos. “Em vez de levar meses para decidir pela necessidade da prisão, o magistrado poderá fazê-lo em 24 horas, garantindo ao acusado direito previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.”

OCASOS

243 mil

é o total de processos e de inquéritos em andamento nas 31 Varas Criminais, 5 Varas de Execuções Penais e 4 Varas do Júri do Fórum Criminal da Barra Funda, que tem 3,2 mil funcionários.

CONTINUA



# O ESTADO DE S. PAULO

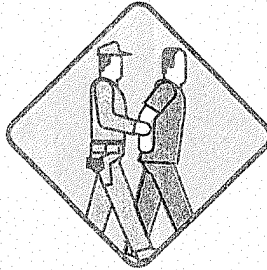
## CONTINUAÇÃO

# 22 FEV 2015

### O CAMINHO DO PRESO

● Tribunal de Justiça de São Paulo quer acelerar o exame das prisões em flagrante

Como serão as audiências em casos de prisão em flagrante



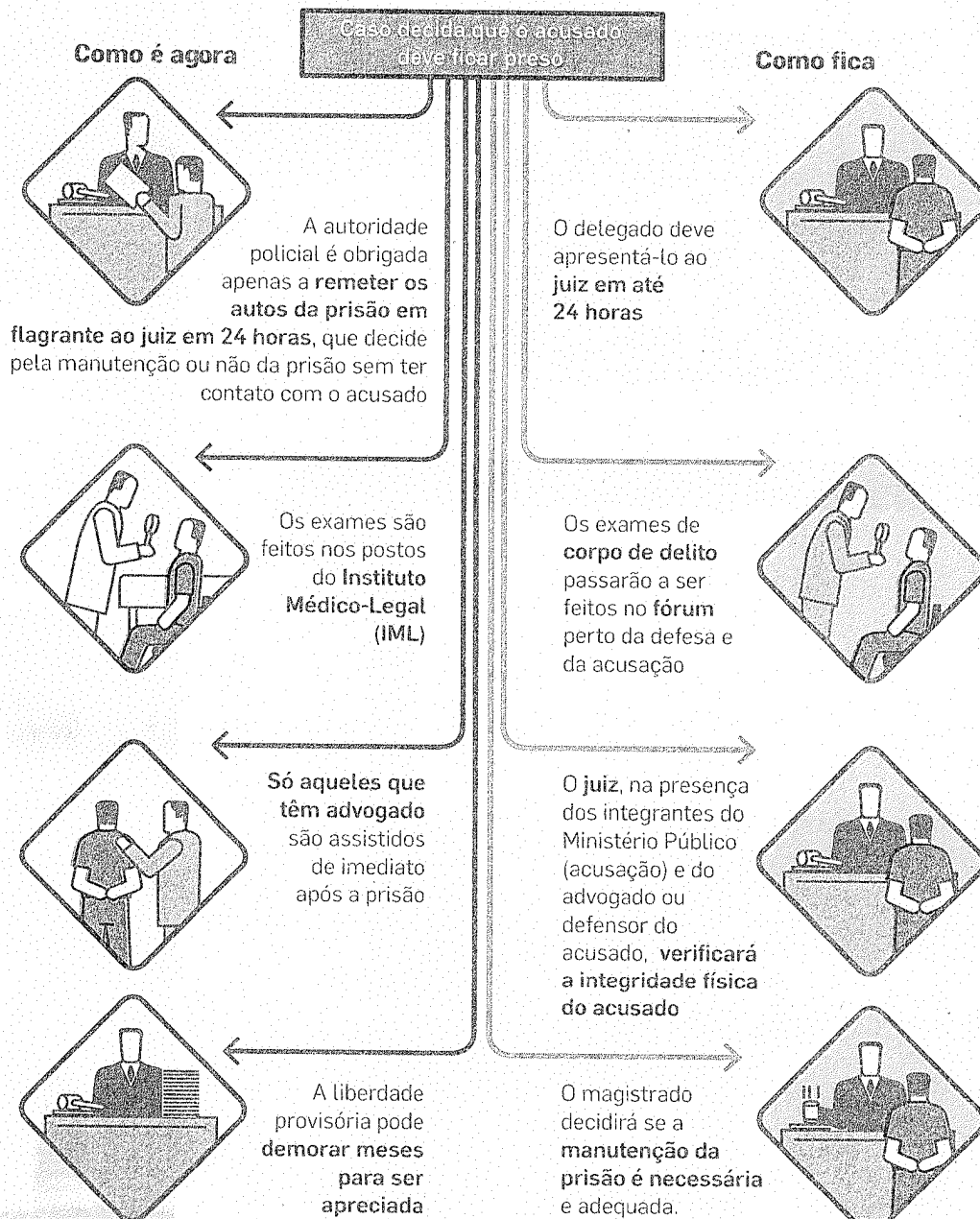
Prisões em flagrante por dia

TOTAL CAPITAL de 70 a 100

TOTAL QUE SERÁ SUBMETIDO A AUDIÊNCIAS

25 a 35

O acusado é detido pela polícia e levado a uma delegacia, onde é feito o auto de prisão em flagrante. O delegado de polícia permanece sendo a autoridade que decide quando e se alguém pode ou não ser preso em flagrante



CONTINUA

22 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### MP teme que defesa consiga soltar até detido perigoso

♥ A experiência das audiências de custódia começa sob o olhar crítico do Ministério Público Estadual (MPE). O procurador-geral, Marcio Elias Rosa, afirmou apoiar a medida, mas fez duas ressalvas. Primeiro, ele contesta a forma como foi adotada – por meio de ato do Tribunal de Justiça, em vez de lei federal. A segunda se refere ao prazo de 24 horas para a polícia apresentar o preso ao juiz, considerado curto.

“Se o Estado não cumprir esse prazo, o defensor poderá pedir a soltura do acusado, até de criminosos perigosos. Não somos contra a audiência, mas temos preocupações.” Ele diz que um prazo de 72 horas seria mais razoável.

As audiências receberam o apoio da Defensoria Pública e da Seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP). “A audiência é um avanço importante”, disse o presidente da OAB-SP, Marcos da Costa. “A prisão deve ser reservada aos que representam perigo.”

O defensor público Bruno Shimizu também apoia a iniciativa. “Poderemos garantir a regularidade das prisões e evitar a tortura nas delegacias. Temos relatos de maus-tratos em 50% dos casos que atendemos. Às vezes, o acusado quer falar, mas é impedido de se manifestar.” / M.G.

### DUAS PERGUNTAS PARA...

José Renato Nalini,  
presidente do TJ-SP

**1.** As audiências de custódia enfrentam críticas quanto à falta de estrutura para implementá-las. Isso é razoável? O Judiciário decidiu aproveitar os juízes do Departamen-

to de Inquérito Policial. Evidentemente que é um sacrifício, um devotamento a mais, mas estamos aqui para atender a população e não para garantir o nosso ritmo de prestação jurisdicional. É preciso tutelar a liberdade até pela relevância que ela tem na Constituição.

**2.** O que o senhor espera dessas audiências? Uma profunda transformação do sistema penal. Sustento que os delegados devem ser os responsáveis pelo juízo de instrução, remetendo o inquérito ao juiz, que sentenciaria o caso.

O ESTADO DE S. PAULO

LUCIANO ROLIM

23 FEV 2015

## Auxílio-moradia e reinado dos juízes

**E**m setembro do ano passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux deferiu medida liminar na Ação Originária n.º 1.773/DF, determinando o pagamento de auxílio-moradia, no valor de R\$ 4.377,73, a todos os juízes do País. Segundo a decisão, a verba tem natureza de ajuda de custo, o que significa dizer que não está sujeita ao Imposto de Renda nem ao teto remuneratório do funcionalismo público, fixado com base no salário dos ministros do STF, recentemente reajustado para R\$ 33.763.

Trata-se indubitavelmente de decisão *contra legem*, ou seja, contrária ao texto da norma legal. Com efeito, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), de 1979, não assegura o gozo de auxílio-moradia pelos juízes, mas apenas faculta sua instituição “nos termos da lei”. No âmbito federal, por exemplo, só há previsão legal do benefício para os membros do Ministério Público da União, e mesmo assim “em caso de lotação em local cujas condições de moradia sejam particularmente difíceis ou onerosas” (Lei Complementar n.º 75/93).

Além de *contra legem*, a decisão do ministro Luiz Fux colide frontalmente com texto expresso de norma constitucional, no caso, o artigo 39, § 4.º, da Constituição federal, o qual estipula que os membros do Judiciário “serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”. Lembre-se, a propósito,

que a Loman desconhecia essa regra, a qual só veio a lume em 1998, com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 19. Por outro lado, é verdade que a proibição contida no referido artigo não abrange as verbas de caráter indenizatório (como diárias, por exemplo), que não entram no conceito de remuneração. Não é o caso, evidentemente, do auxílio-moradia que é concedido a todos os integrantes de uma classe, independentemente de o beneficiário possuir imóvel próprio no local ou de já ter conseguido retornar para o município em que sempre vivera.

Quem não conhece a história do pensamento jurídico e os métodos do Direito tem dificuldade em compreender decisões que vão de encontro ao conteúdo textual da norma. O fato, porém, é que a eterna tensão entre lei e justiça já engendrou as mais variadas construções teóricas em defesa da ampla liberdade de aplicação da lei pelo juiz. Possivelmente, a corrente doutrinária que mais apostou no voluntarismo judicial foi a Escola do Direito Livre, cujo mais radical defensor foi o jurista alemão Ernst Fuchs, autor do célebre texto *Justiça Escrita e Reinado dos Juízes*, publicado em 1907. Demonstrando grande confiança no senso de justiça dos magistrados, Fuchs propugnava aber-

---

**País chegou ao ‘limite’ fiscal, o ajuste impõe restrições a benefícios dos trabalhadores...**

---

tamente o recurso à decisão *contra legem*, se necessário, inclusive como meio de alcançar a justiça social.

No Brasil, essa concepção do Direito ainda é atualíssima, pelo menos na prática. O ministro Fux, na linha do seu homônimo ilustre, assim se define, em depoimento publicado na webpage da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): “Como magistrado, primeiro procuro ver qual é a solução justa. E depois, procuro uma roupagem jurídica para essa solução”. Sua visão há de ser respeitada, mas não está a salvo de crítica. No caso específico do auxílio-moradia, aliás, não é de se excluir nem mesmo a autocrítica; afinal, toda decisão liminar se baseia num juízo provisório, de cognição sumária, sempre aberto a reconsideração até o julgamento final da causa. Verificando-se tal hipótese, os juízes teriam de devolver o que receberam, consoante entendimento dominante nos tribunais.

Acontece que, menos de um mês após a liminar do ministro Fux, o Conselho Nacional de Justiça, por meio de simples resolução administrativa, considerou devido o auxílio-moradia a todos os juízes do País. No mesmo dia, o Conselho Nacional do Ministério Público, sustentando a simetria entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público, estendeu o benefício a todos os membros desse órgão. No início deste mês, foi a vez de o Tribunal de Contas da União (TCU) reconhecer que também deve bancar a moradia de seus ministros e procuradores. A situação é inusitada: normalmente a administração pública aguarda o julgamento final do processo para reconhecer vantagens *sub judice*.

**CONTINUA**

23 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

E de perguntar, nesse contexto, se os conselhos e o TCU voltarão atrás caso o plenário do STF venha a julgar improcedente o pedido dos magistrados.

Considerando que a Escola do Direito Livre também parece usufruir grande prestígio nesses órgãos, é razoável supor que o dilema será resolvido com base em fatores extranormativos. Esperamos que, nesse caso, outros aspectos da mesma natureza também sejam postos em discussão. Deverá ser levado em conta que o pagamento do auxílio a todos os juizes e membros do Ministério Público pode, em primeiro lugar, soar financeiramente irresponsável, sobretudo porque, segundo a mensagem da presidenta da República ao Congresso Nacional para o ano de 2015, o País chegou ao "limite" fiscal; pode, além disso, aparentar desprezo pela justiça social, no momento em que o ajuste das finanças públicas acabou de impor restrições ao seguro-desemprego e a outros benefícios dos trabalhadores; pode, por fim, mostrar-se institucionalmente desastroso, afetando a credibilidade do Judiciário e do Ministério Público para controlar a legalidade de diversos atos dos poderes públicos que costumam ser encarados como ofensivos à moralidade administrativa.

Outro efeito indesejável que pode ser evitado é o desmantelamento do regime de remuneração por subsídio e do teto constitucional. É sabido, por exemplo, que o Ministério Público do Rio de Janeiro já paga, além do auxílio-moradia, auxílio-educação (no valor mensal de R\$ 906,98 por filho até 24 anos, observado o limite de três filhos) e auxílio-locomocão (até R\$ 1.200).

# 'A prisão é uma exceção à regra', diz ministro do STJ

Ministro afirma que juízes resistem à determinação e operações como a Lava Jato sobrecarregam as cortes superiores

**Beatriz Bulla**

**Talita Fernandes** / BRASÍLIA

Os juízes não podem prender cautelarmente antes da sentença final simplesmente levando em conta a gravidade do crime, mas isso tem acontecido reiteradamente, afirma o ministro do Superior Tribunal de Justiça Rogério Schietti, integrante da 6.<sup>a</sup> Turma da corte – responsável por matérias de direito penal. Segundo Schietti, juízes de 1.<sup>o</sup> grau e dos tribunais estaduais vêm exercendo uma “resistência irracional” e descumprindo a orientação dos tribunais superiores. Citando a Lava Jato e outras operações da Polícia Federal, ele afirma que isso provoca uma enxurrada de habeas corpus em Brasília.

● **Há uma preocupação com o número de habeas corpus recebidos pelo STJ recentemente?**

Temos observado que tem havido um crescimento muito grande no número de habeas corpus e recursos em habeas corpus que são instrumentos para tutelar a liberdade humana. No ano passado o STJ recebeu cerca de 37 mil destes recursos e isso está crescendo. Só em seis meses já foram 15 mil novos. Isso nos preocupa muito.

● **O que isso significa?**

Sinaliza que a jurisprudência do STJ de alguma forma não está sendo assimilada pelos outros tribunais. Se nós decidirmos que uma prisão preventiva somente pode ser decretada, independentemente do crime, quando o juiz explica e fun-

damenta concretamente porque essa pessoa deve ser mantida presa, o STJ está dizendo: ‘Olha, não pode mais prender alguém cautelarmente, antes da sentença, simplesmente pela gravidade abstrata do crime’. Essa é uma orientação básica que todos deveriam seguir.

● **E seguem?**

Continuam a chegar muitos habeas corpus em que a decisão do juiz ou do tribunal não seguiu essa orientação e diz apenas: ‘O crime de tráfico de entorpecentes é um crime grave, que é uma chaga nacional, então a pessoa tem de ficar presa’. Nem todo traficante necessariamente tem de ficar preso (*preventivamente*). A prisão é uma exceção à regra. A regra é a liberdade.

● **Há uma resistência por parte dos juízes em aplicar a orientação do STJ e do Supremo?**

É uma resistência irracional, pouco explicável e que justifica em boa parte essa quantidade imensa de habeas corpus e recursos em habeas corpus que temos aqui. Se os tribunais e juízes passassem a dar um pouco mais de atenção a cada caso, de modo a que não desse margem a tantos recursos, a situação estaria muito melhor.

● **Os advogados costumam impetrar uma série de habeas corpus em diversos tribunais, simultaneamente, como no caso dos executivos presos preventivamente na Operação Lava Jato. Por que isso acontece?**

Boa parte da responsabilidade cabe ao próprio Poder Judiciário, aos juízes e tribunais não atenderem minimamente o que se espera de uma decisão judicial que é o dever de moti-

vação concreta do caso. Os advogados costumam impetrar uma série de habeas corpus em diversos tribunais, simultaneamente, como no caso dos executivos presos preventivamente na Operação Lava Jato. Há uma pressa. O advogado quer resolver logo. Então antes que o tribunal decida pelo órgão colegiado, quando um desembargador indefere a liminar, o advogado já entra no STJ ou no Supremo. Numa mesma causa podem ser impetrados sucessivos habeas corpus para um mesmo réu durante um processo. Não há limitação constitucional. Imagine nesta Operação Lava Jato: quantos réus teremos e quantas dezenas de habeas corpus serão impetrados, ou centenas, em todos os tribunais? Isso tudo vai gerar uma sobrecarga enorme. Em cada operação dessas da Polícia Federal e do Ministério Público que é desencadeada o resultado é uma enxurrada de habeas corpus.

# 'A prisão é uma exceção à regra', diz ministro do STJ

Ministro afirma que juízes resistem à determinação e operações como a Lava Jato sobrecarregam as cortes superiores

**Beatriz Bulla**

**Talita Fernandes** / BRASÍLIA

Os juízes não podem prender cautelarmente antes da sentença final simplesmente levando em conta a gravidade do crime, mas isso tem acontecido reiteradamente, afirma o ministro do Superior Tribunal de Justiça Rogério Schietti, integrante da 6.<sup>a</sup> Turma da corte – responsável por matérias de direito penal. Segundo Schietti, juízes de 1.<sup>o</sup> grau e dos tribunais estaduais vêm exercendo uma “resistência irracional” e descumprindo a orientação dos tribunais superiores. Citando a Lava Jato e outras operações da Polícia Federal, ele afirma que isso provoca uma enxurrada de habeas corpus em Brasília.

● **Há uma preocupação com o número de habeas corpus recebidos pelo STJ recentemente?**

Temos observado que tem havido um crescimento muito grande no número de habeas corpus e recursos em habeas corpus que são instrumentos para tutelar a liberdade humana. No ano passado o STJ recebeu cerca de 37 mil destes recursos e isso está crescendo. Só em seis meses já foram 15 mil novos. Isso nos preocupa muito.

● **O que isso significa?**

Sinaliza que a jurisprudência do STJ de alguma forma não está sendo assimilada pelos outros tribunais. Se nós decidirmos que uma prisão preventiva somente pode ser decretada, independentemente do crime, quando o juiz explica e fun-

damenta concretamente porque essa pessoa deve ser mantida presa, o STJ está dizendo: ‘Olha, não pode mais prender alguém cautelarmente, antes da sentença, simplesmente pela gravidade abstrata do crime’. Essa é uma orientação básica que todos deveriam seguir.

● **E seguem?**

Continuam a chegar muitos habeas corpus em que a decisão do juiz ou do tribunal não seguiu essa orientação e diz apenas: ‘O crime de tráfico de entorpecentes é um crime grave, que é uma chaga nacional, então a pessoa tem de ficar presa’. Nem todo traficante necessariamente tem de ficar preso (*preventivamente*). A prisão é uma exceção à regra. A regra é a liberdade.

● **Há uma resistência por parte dos juízes em aplicar a orientação do STJ e do Supremo?**

É uma resistência irracional, pouco explicável e que justifica em boa parte essa quantidade imensa de habeas corpus e recursos em habeas corpus que temos aqui. Se os tribunais e juízes passassem a dar um pouco mais de atenção a cada caso, de modo a que não desse margem a tantos recursos, a situação estaria muito melhor.

● **Os advogados costumam impetrar uma série de habeas corpus em diversos tribunais, simultaneamente, como no caso dos executivos presos preventivamente na Operação Lava Jato. Por que isso acontece?**

Boa parte da responsabilidade cabe ao próprio Poder Judiciário, aos juízes e tribunais não atenderem minimamente o que se espera de uma decisão judicial que é o dever de moti-

vação concreta do caso. Os advogados costumam impetrar uma série de habeas corpus em diversos tribunais, simultaneamente, como no caso dos executivos presos preventivamente na Operação Lava Jato. Há uma pressa. O advogado quer resolver logo. Então antes que o tribunal decida pelo órgão colegiado, quando um desembargador indefere a liminar, o advogado já entra no STJ ou no Supremo. Numa mesma causa podem ser impetrados sucessivos habeas corpus para um mesmo réu durante um processo. Não há limitação constitucional. Imagine nesta Operação Lava Jato: quantos réus teremos e quantas dezenas de habeas corpus serão impetrados, ou centenas, em todos os tribunais? Isso tudo vai gerar uma sobrecarga enorme. Em cada operação dessas da Polícia Federal e do Ministério Público que é desencadeada o resultado é uma enxurrada de habeas corpus.

23 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Promotor é alvo de atentado; ex-vereador é preso

*Rene Moreira*

ESPECIAL PARA O ESTADO

Um promotor de Justiça foi baleado na cidade de Alto Paranaíba, no Triângulo Mineiro, na noite de sábado. Um ex-vereador, que perdeu o cargo em razão de ação movida pela vítima, e seu filho foram presos suspeitos de envolvimento no crime.

Marcos Vinícius Ribeiro Cunha saía do plantão no Ministério Público local quando foi baleado por um motociclista. O atirador efetuou 12 disparos de arma de calibre 38 contra o veículo do promotor. Três tiros o atingiram nas costas. Ele foi socorrido e está internado em estado grave em hospital de Uberlândia, também no Triângulo Mineiro.

Imagens de câmeras de segurança próximas ao local identificaram um suspeito de envolvido no ataque. Ele é Juliano Aparecido de Oliveira, de 22 anos, filho do ex-vereador de Monte Carmelo (MG) Valdelei José de Oliveira. Em sua residência foram encontrados um revólver calibre 32 e uma moto que, segundo indícios, pode ter sido usada na ação.

**Cassação.** Juliano e o pai foram presos. O ex-vereador é suspeito de ser o mentor do crime. Valdelei presidiu a Câmara Municipal de Monte Carmelo e teve seu mandato cassado por meio de ação impetrada pelo promotor Cunha, que havia detectado em 2013 um esquema de fraude em licitações.

Segundo o delegado Wilton José Fernandes, exames residuográficos na moto apreendida apontaram vestígios de pólvora no retrovisor e no guidão.

Os dois suspeitos se negaram a fazer análises nas mãos para detectar pólvora, mas garantiram que são inocentes. Eles permaneceriam presos e serão autuados por tentativa de homicídio.

# IMPACTO PARANÁ

## JUSTIÇA

Osmann de Oliveira  
- Advogado

21 FEV 2015

### GOVERNADOR CORTA VANTAGENS DO FUNCIONALISMO

Professores, delegados, procuradores do Estado, policiais civis e militares, também comem e também precisam de transporte; também tem gastos com luz, água e necessitam de ares de lazer.

Não é assim, entretanto, que pensa o governador do Paraná. Desde que está pedindo aos ilustres Deputados agora ou depois que mexam com a Paraná Previdência, e condicionem as aposentadorias futuras reduzindo-as a um teto de R\$ 4.000,00 e os que quiserem ganhar mais que procurem outros meios, como por exemplo, um fundo privado.

Não dá para acreditar.

Há incoerência! Por que essa atitude sovina e injusta se ao mesmo tempo propõe auxílios moradia para alguns e não usam verbas recolhidas em órgãos dos Três Poderes!

Dinheiro há, e quem no-lo afirma é o Secretário de Segurança Pública quando diz na sua promoção pessoal que para combater o crime organizado usa de helicópteros no litoral paranaense. Diante dessa propaganda os mais incrédulos indagam "Por que tantos gastos com pilotos, gasolina e tripulação?", aliás, o litoral não se compõe de bandidos. Veja-se outra coisa, a pior de todas, o Governador do Estado refere-se ao funcionalismo como se este fosse o culpado de tudo que acontece de mal na administração. Para arrematar o Estado não paga, por velhacaria, os precatórios a que tem direito dezenas, para não se dizer centenas, de servidores públicos, alguns até perderam as esperanças e de tal modo venderam seus direitos para agiotas e firmas como, por exemplo, o supermercado Condor, que as adquiriu diretamente e através de laranjas. Acredito que o Beto Richa deveria debruçar-se sobre o assunto e agir com coragem e sobriedade.

Valentia contra os humildes é covardia!



23 FEV 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Justiça Federal revoga prisão de operador de Youssef

O juiz federal Sergio Moro decretou a substituição da prisão preventiva de João Procópio Junqueira Pacheco de Almeida Prado por medidas alternativas. Ele está preso em Curitiba, acusado de ter envolvimento no esquema de lavagem de dinheiro que desviou dinheiro da Petrobras.

A decisão foi tomada após parecer do Ministério Público Federal (MPF), que se manifestou favorável à revogação da prisão preventiva a que Procópio estava submetido desde novembro, quando foi deflagrada a sétima etapa da Operação Lava Jato. Investigação da Polícia Federal aponta João Procópio Prado como operador das contas de Alberto Youssef no exterior, incluindo uma com US\$ 5 milhões na Suíça, em nome do doleiro. ■